



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88015-130 – Fone: (48) 3251-3700 – [www.tre-sc.jus.br](http://www.tre-sc.jus.br)

## **PREGÃO N. 033/2023**

(PAE n. 8.114/2023)

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA**, por meio da Coordenadoria de Julgamento de Licitações, conforme art. 45, inciso IV, da Resolução TRE-SC n. 7.930, de 9 de dezembro de 2015, atendendo à solicitação da Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços, comunica aos interessados que fará realizar **PREGÃO ELETRÔNICO** para a contratação de serviços especializados e continuados de limpeza e conservação, com fornecimento de materiais e disponibilização de equipamentos, para as unidades da Justiça Eleitoral que compõem a TERCEIRA, a QUINTA e a SEXTA das seis regiões geográficas em que se encontram agrupadas as unidades da Justiça Eleitoral de Santa Catarina.

A proposta deverá ser registrada no Sistema COMPRAS.GOV.BR, por meio do [site www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) (UASG 070020), até o horário da abertura da Sessão Eletrônica, que se dará no dia **18 de julho de 2023, às 14 horas**, no mesmo [site](http://www.gov.br/compras).

A licitação adotará o critério de julgamento por **MENOR PREÇO** e modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pela Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, pelas Resoluções n. 7, de 18 de outubro de 2005, 156, de 8 de agosto de 2012, 169, de 31 de janeiro de 2013, e 497, de 20 de abril de 2023, do Conselho Nacional de Justiça, pelos Decretos n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, e 11.246, de 27 de outubro de 2022, pelo Termo de Conciliação entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, homologado na 20ª Vara do Trabalho de Brasília – DF, nos autos do Processo de n. 01082-2002-020-10-00-0, pelas Portarias P n. 18, de 31 de janeiro de 2023, e n. 39, de 10 de abril de 2023, e pelo Acórdão TCU n. 2.568/2021 – Plenário.

### **I. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**

1.1. As especificações do objeto deste Pregão Eletrônico constam no Termo de Referência, que integra o presente Edital, independentemente de transcrição.

1.1.1. Na hipótese de haver diferença entre a descrição registrada no Sistema Compras.gov.br ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) e as especificações constantes no Termo de Referência, deverão ser consideradas as do Termo de Referência.

1.1.2. O Termo de Referência e demais documentos poderão ser acessados no [site](http://www.tre-sc.jus.br) do TRE-SC, no seguinte endereço:

- [www.tre-sc.jus.br](http://www.tre-sc.jus.br) (“Transparência / Contas Públicas / Licitações / Pregões / 2023”).

1.2. Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I: Relação de Itens;
- b) ANEXO II: Planilha de Custos e Formação de Preços;
- c) ANEXO III: Normas internas, quais sejam: Termo de Cooperação Técnica TRE-SC/BB n. 3, de 15 de julho de 2019, Portarias P n. 18, de 31 de janeiro de 2023, e n. 39, de 10 de abril de 2023;
- d) ANEXO IV: Modelo de Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e com a Administração Pública; e



## II. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação as empresas que:

2.1.1. Estejam credenciadas no Ministério da Economia, por meio do site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), órgão gestor do Sistema Eletrônico “Compras.gov.br”.

2.1.2. Manifestarem, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que estão cientes e de acordo com as condições contidas neste Edital, bem como que cumprem plenamente os requisitos definidos na legislação e neste instrumento convocatório.

2.1.2.1. A existência de restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a declaração de que trata o subitem 2.1.2 seja firmada por microempresa ou empresa de pequeno porte, aplicando-se, nesta hipótese, na fase de habilitação, o disposto no subitem 9.7 deste Edital.

2.1.2.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou ao direito de preferência sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, ressalvado o disposto no subitem 2.1.2.1.

2.2. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo o TRE-SC, em nenhum caso, responsável por eles, inclusive pelas transações que forem efetuadas em nome do licitante no Sistema Eletrônico.

2.2.1. O TRE-SC não se responsabilizará por eventual desconexão no Sistema Eletrônico.

### 2.3. Fica vedada a participação, na presente licitação, de:

a) pessoa física;

b) empresa proibida de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente, durante o prazo da sanção aplicada;

c) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

d) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

e) pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

f) licitante que atue em substituição a outra pessoa jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante; e

g) empresa que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (art. 2º, VI, da Resolução CNJ n. 7/2005);

h) de empresa que tenha entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal (art. 3º da Resolução CNJ n. 7/2005);

i) de empresa que integre consórcio participante do certame; e

j) de cooperativa de mão de obra, em atendimento ao estabelecido no Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público da União e a Advocacia-Geral da União e homologado nos autos do Processo n. 01082-2002-020-10-00-0, perante o Juízo da 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF.



2.4. O licitante que desistir do certame, deixando de enviar amostra ou qualquer documentação solicitada, seja referente à fase de julgamento de proposta ou à fase de habilitação, terá sua proposta desclassificada ou será inabilitado, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

2.4.1. Configura desistência do certame, para os fins do disposto no subitem 2.4, a solicitação de exclusão da proposta apresentada ou do lance ofertado.

### III. DO CREDENCIAMENTO

3.1. Para participar da presente licitação, o licitante deverá se credenciar no Sistema de Compras do Governo Federal, disponível no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

3.2. O credenciamento dar-se-á após a atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico.

3.3. O credenciamento do licitante é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e constitui pré-requisito para o cadastramento nos demais níveis.

3.4. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico é de exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao TRE-SC responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou do seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados, devendo solicitar, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

### IV. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

4.1. Qualquer pessoa poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos quanto aos termos deste Edital, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico [pregao@tre-sc.jus.br](mailto:pregao@tre-sc.jus.br).

4.1.1. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

4.1.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo Sistema Eletrônico e no sítio eletrônico deste Tribunal - [www.tre-sc.jus.br](http://www.tre-sc.jus.br) - e vincularão os participantes e este Tribunal.

4.1.3 A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional, que será motivada pelo pregoeiro, nos autos do procedimento licitatório.

4.1.4. Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

### V. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, a proposta com o **preço**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.1.1. A etapa de que trata o subitem 5.1 será encerrada com a abertura da sessão pública.

5.1.2. O envio da proposta, nos termos do disposto no subitem 5.1, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.1.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.



5.1.4. Na etapa de apresentação da proposta, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.1.5. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de proposta, após a fase de envio de lances.

5.1.6. Os documentos complementares à proposta, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, deverão ser encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, no **prazo máximo de 3 (três) horas** após a solicitação do pregoeiro, nos termos do subitem 7.1.1 deste Edital.

5.1.7. A manutenção de proposta até a data de abertura da Sessão Eletrônica implica obrigatoriedade de cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o licitante, caso vencedor, o compromisso de executar o objeto conforme especificações e exigências deste Edital.

**5.2. Deverá constar da proposta encaminhada pelo Sistema Compras.gov.br:**

a) no campo “preço”, o **VALOR TOTAL MENSAL dos serviços, POR REGIÃO, considerando o somatório das mensalidades de todos os Cartórios Eleitorais que a compõem e de 1 (um) pacote de serviço adicional por profissional alocado em cada um deles.**

**5.2.3. Durante a sessão eletrônica, o licitante que tiver oferecido o menor lance deverá apresentar os documentos de que trata o subitem 7.1.1.3.**

5.2.3.1. As empresas optantes pelo regime tributário do Simples Nacional deverão adotar, na elaboração de sua Planilha de Custos e Formação de Preços, percentuais de ISS, PIS e COFINS que sejam compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher, de acordo com sua faixa de faturamento, a qual será verificada mediante a apresentação do último Demonstrativo de Apuração do Simples (gerado por meio do Programa Geração do Documento de Arrecadação do Simples Nacional – Declaratório).

5.2.3.2. As empresas submetidas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de **PIS e COFINS** deverão apresentar, nas Planilhas de Custos e Formação de Preços, as **alíquotas médias efetivamente recolhidas** dessas contribuições.

5.2.4. Quando do cadastramento da proposta, na forma estabelecida no subitem 5.1, o licitante poderá, desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, parametrizar o seu **valor final mínimo** e obedecerá às seguintes regras:

a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de **valores** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata a alínea “a”.

5.2.4.1 o **valor final mínimo** de que trata a alínea “a” do subitem 5.2.4 poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado **valor superior** a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.2.5. O licitante deverá encaminhar, na forma do subitem 7.1.1.1, planilha contendo o valor unitário e o valor total correspondente a cada item que compõe a(s) Região(ões) cotada(s), conforme modelo disponível no endereço indicado no subitem 1.1.1.

5.3. No valor da proposta, deverão estar incluídos todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos.

5.4. A validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da Sessão Eletrônica.

5.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, seus documentos de habilitação, os lances e demais atos praticados durante a sessão pública.

5.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua desconexão ou inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou pelo Pregoeiro.



5.7. O licitante vencedor é responsável pelo ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos ou insuficiência de especificação de sua proposta, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto desta licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.7.1. O disposto neste subitem deve ser observado para os custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos para as despesas ou com o quantitativo de vale-transporte.

5.7.1.1. Pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato serão analisados quando houver comprovado aumento da tarifa de transporte da linha que serviu de referência para a cotação do valor referente ao vale-transporte e informada no campo específico da Planilha de Custos e Formação de Preços (Anexo II do Edital).

5.7.2. Caso a proposta do licitante vencedor apresente eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos que o favoreça, o pagamento será realizado seguindo estritamente as regras contratuais dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea “b” do inciso I do art. 124 da Lei n. 14.133/2021.

5.8. A quantidade adequada de profissionais para atender às necessidades do TRE-SC encontra-se estimada no Anexo II – Tabela de Produtividade do Termo de Referência.

5.8.1. O licitante vencedor deverá manter, ainda, preposto no local do serviço, para representá-lo na execução do contrato, conforme previsto no art. 118 da Lei n. 14.133/2021, observado o seguinte:

a) a indicação do preposto e do substituto eventual deverá ocorrer, por escrito, devendo o respectivo documento ser entregue ao Contratante no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento do contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC;

b) a figura do preposto não poderá ser incluída na planilha de custos e formação de preços; e

c) o nome do preposto poderá recair sobre os funcionários da força tarefa que executarão os serviços contratados.

## VI. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES

6.1. A partir do horário previsto no preâmbulo deste Edital, a sessão pública será aberta automaticamente pelo Sistema Eletrônico.

6.1.1. Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

6.1.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, de que trata o Item VII, em relação à proposta mais bem classificada.

6.1.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes, vedada outra forma de comunicação.

6.2. Iniciada a fase competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

6.2.1. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

6.2.2. Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelo valores fixados no subitem 5.2, alínea “a”.

6.2.3. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de **R\$ 100,00 (cem reais)** de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.2.4. Observado o subitem 6.2.3, o licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável, nos termos dos arts. 33 e 34 da IN SEGES/ME n. 73/2022.



6.2.5. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

6.2.5.1. Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o subitem 6.2.5, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

6.2.6. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.3. Nos termos do art. 24 da IN SEGES/ME n. 73/2022, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos, considerando o modo de disputa aberto e fechado.

6.3.1. Encerrado o prazo previsto no subitem 6.3, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

6.3.2. Após a etapa de que trata o subitem 6.3.1, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas subsequentes com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos.

6.3.3. No procedimento de que trata o subitem 6.3.2, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.3.4. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o subitem 6.3.2, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos.

6.3.5. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens 6.3.2 e 6.3.4, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente.

6.4. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.5. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, por meio do Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

6.6. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar n. 123/2006, seguido da aplicação dos critérios estabelecidos no art. 60 da Lei n. 14.133/2021, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese

6.6.1. Para fazer jus ao direito de preferência de que trata o subitem 6.6, o somatório dos faturamentos de todos os integrantes de consórcio formado por microempresa ou empresa de pequeno porte não poderá ultrapassar o limite previsto no art. 3º, II, da Lei Complementar n. 123/2006.

6.6.2. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os critérios de desempate de que trata o subitem 6.6.

## VII. DO JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e, observado o disposto nos arts. 33 e 34 da IN SEGES/ME n. 73/2022, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido neste edital.

7.1.1. O pregoeiro concederá o **prazo máximo de 3 (três) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação no sistema, para envio da proposta e dos documentos complementares, devidamente adequada ao último lance ofertado ou ao último valor negociado, sob pena de desclassificação.

**7.1.1.1. Juntamente com a proposta, deverá ser encaminhada planilha contendo o valor unitário e o valor total correspondente a cada item que compõe a(s) Região(ões) cotada(s), conforme subitem 5.2.5, podendo ser utilizado o modelo disponível no Anexo V deste Edital;**

7.1.1.2. A prorrogação de que trata o subitem 7.1.1, poderá ocorrer nas seguintes situações:





- a) por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro; ou
- b) de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade de que trata o subitem 7.1.

**7.1.1.3. Além da planilha prevista no subitem 7.1.1.1, a documentação complementar a ser encaminhada juntamente com a proposta ajustada é a seguinte:**

a) Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme modelo constante no ANEXO II deste Edital, com relação aos itens referentes à prestação mensal dos serviços;

b) cópia ou arquivo contendo o acordo, convenção coletiva ou sentença normativa e respectiva data base e vigência ou, se inexistente qualquer desses instrumentos, indicação do sindicato que presta assistência a essa categoria;

c) **GFIP** ou documento apto a comprovar o **Fator Acidentário de Prevenção (FAP)** do licitante;

d) produtividade adotada, bem como a comprovação de sua exequibilidade, sempre que a produtividade apresentada pelo licitante for diversa da produtividade de referência que integra o Termo de Referência;

e) quantidade de pessoal que executará os serviços; e

**f) relação dos materiais e equipamentos que serão utilizados na execução do contrato, indicados o quantitativo e sua especificação;**

g) o último Demonstrativo de Apuração do Simples (gerado por meio do Programa Geração do Documento de Arrecadação do Simples Nacional – Declaratório), se a empresa for optante pelo regime de tributação do Simples Nacional; e

h) Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o **PIS/PASEP** e **COFINS (consistente no Recibo de Entrega de Escrituração Fiscal Digital - EFD-Contribuições)** relativa aos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou outro meio hábil, em que constem, pelo menos, os valores totais das Contribuições Sociais Apuradas e dos Créditos disponíveis no período, a fim de se possa aferir as **alíquotas médias efetivas**, no caso de empresas tributadas pelo regime da incidência não-cumulativa das referidas contribuições.

7.1.1.3.1. Deverão ser encaminhadas as Planilhas de Custos e Formação de Preços referentes a cada município que compõe a região ofertada, observadas a quantidade estimada de profissionais por local e as respectivas cargas horárias.

7.1.1.3.2. A proposta ajustada, as planilhas e as informações de que trata o subitem 7.1.1.3 deverão ser enviadas em **até 3 (três) horas**, contadas da solicitação de envio de anexo pelo Pregoeiro, nos termos dos subitens 7.1.1 e 7.1.1.2, devendo os documentos ser compactados em único arquivo (.zip) para envio via sistema.

7.1.1.3.3. O licitante convocado será responsável pela integridade e pelo conteúdo do arquivo encaminhado. Na hipótese de o arquivo apresentar problemas quanto à descompactação, leitura ou compatibilidade, será reaberta pelo Pregoeiro a convocação pelo sistema, dispondo o licitante do prazo remanescente àquele inicialmente concedido para proceder ao reenvio do arquivo, livre das circunstâncias que impediram sua leitura e impressão.

7.1.1.3.4. O não envio dos documentos mencionados no subitem 7.1.1.3, alíneas “a” a “h”, ou o envio em desacordo com o Edital ou o decurso do prazo mencionado no subitem 7.1.1.3.2 sem que tenha sido resolvido o problema de descompactação, leitura ou compatibilidade mencionado no subitem 7.1.1.3.3, ensejará a DESCLASSIFICAÇÃO da proposta, respeitado o disposto no subitem 7.3.2, no que tange à Planilha de Custo e Formação de Preços.

7.1.1.3.5. Em caso de divergência entre o numeral em algarismos e o descrito por extenso, prevalecerá o que estiver por extenso.

7.1.1.4. Tratando-se de consórcio, o licitante deverá encaminhar, juntamente com a proposta ajustada:

a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados; e



b) indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração.

7.2. Encaminhada a proposta ajustada pelo licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro examiná-la-á quanto à adequação do objeto e à compatibilidade dos preços detalhados dos serviços em relação aos estimados para a contratação.

7.2.1. Considerando que os serviços de cada REGIÃO serão adjudicados a ÚNICO fornecedor, a desclassificação da proposta de um único serviço por preço excessivo implicará a desclassificação da proposta para todos os serviços cotados pelo licitante, em cada região.

7.3. Na **Planilha de Custos e Formação de Preços** de que trata a alínea “a” do subitem 7.1.1.3, deverá constar o detalhamento de todos os elementos utilizados para a formação dos preços propostos para a prestação dos serviços, discriminados em:

a) Módulo 1: Composição da Remuneração;

b) Módulo 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários;

b.1) a título de vale-transporte, deverá constar o detalhamento do valor cotado, incluído o quantitativo de vales e a respectiva tarifa;

c) Módulo 3: Provisão para Rescisão;

d) Módulo 4: Custo de Reposição do Profissional Ausente;

e) Módulo 5: Insumos Diversos; e

f) Módulo 6: Custos Indiretos, Tributos e Lucro (CITL), que será calculado tendo por base as alíneas acima.

7.3.1. A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá observar os seguintes parâmetros:

a) fixação de percentuais não superiores aos limites estabelecidos a seguir, observadas as instruções contidas no Anexo II deste Edital:

a.1) submódulo 2.1 – **21,21%**;

a.2) submódulo 2.2 – **39,80%**;

a.3) módulo 3 – **4,88%**; e

a.4) submódulo 4.1 – **2,57%**.

b) as empresas devem cotar o percentual relativo a Seguro Acidente de Trabalho – SAT, de acordo com o Anexo V do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto n. 3.048/1999, sendo 1% para empresas de risco leve, 2% para empresas de risco médio e 3% para empresas de risco grave. O Pregoeiro confirmará o percentual cotado por meio do sítio da Secretaria da Receita Federal, considerando a atividade econômica principal;

c) essas alíquotas poderão ser reduzidas em até 50% ou majoradas em até 100%, em razão do desempenho da empresa em relação à sua respectiva atividade, mediante a aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP).

d) o percentual de encargos sociais não contempla o componente de custo relativo ao aviso prévio de término de vigência do Contrato. O TRE-SC somente indenizará a adjudicatária, por ocasião do último pagamento, caso não a comunique quanto à prorrogação do Contrato, no prazo de 35 (trinta e cinco) dias antes do seu término e mediante comprovação do respectivo pagamento pelo licitante contratado;

e) o valor do aviso prévio de término de vigência do Contrato corresponderá a 7 (sete) dias não trabalhados, o que será representado pelo percentual de 23,33% (7/30 x 100), a ser aplicado sobre a remuneração do profissional alocado no respectivo posto de trabalho, observada a legislação trabalhista. Sobre esse valor incidirá o percentual dos demais componentes e tributos;

f) caso o licitante reduza os encargos sociais com o intuito de vencer esta licitação, não poderá solicitar revisão do percentual nos pedidos de reequilíbrio ou repactuação; e

g) a inexequibilidade dos valores referentes a **itens isolados** da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.





7.3.2. As Planilhas de Custos e Formação de Preços poderão ser ajustadas, se possível, pelo licitante uma única vez, **no prazo de 3 (três) horas** da solicitação, via convocação de anexos, pelo Pregoeiro, para refletirem correta e suficientemente os custos envolvidos na contratação, desde que não haja majoração dos preços propostos.

7.3.3. Se o licitante não providenciar, no prazo fixado no subitem 7.3.2, o saneamento das incorreções apontadas, sua proposta será desclassificada.

7.4. A comprovação da **produtividade de que trata a alínea “e” do subitem 7.1.1.3** será feita por intermédio de, em conjunto ou separadamente:

a) relatório técnico elaborado por profissional devidamente registrado na entidade profissional competente, compatível com o objeto da contratação;

b) manual de fabricante que evidencie, de forma inequívoca, capacidade operacional e produtividade dos equipamentos utilizados, caso estes influenciem na aferição da exequibilidade da proposta; e

c) atestados detalhados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado que venham a comprovar a exequibilidade da produtividade apresentada.

7.5. Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.5.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.5.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no subitem 6.6.

7.5.3. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, que será anexada aos autos do procedimento de contratação.

7.5.4. Observado o prazo de que trata o subitem 7.1.1, o pregoeiro solicitará, no sistema, o envio da proposta e dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

**7.6. Será DESCLASSIFICADA a proposta que:**

a) conter vícios insanáveis;

b) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

c) apresentar, em relação a cada serviço que compõe a região, preço inexequível ou que permaneça acima do orçamento estimado para a contratação;

d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável; e

f) não comprove sua exequibilidade em relação à produtividade apresentada.

7.6.1. Considera-se indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado por este Tribunal para esta contratação.

7.6.1.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem 7.6.1, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.7. O pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, observado o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.



7.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem 7.7, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.8. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias previstas nos Itens VIII e IX, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.9. Após a negociação prevista no subitem 7.5 e aceitação da melhor proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, nos termos dos Itens VIII e IX deste Edital.

## VIII. DA CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, será verificado o eventual descumprimento das vedações relacionadas no subitem 2.3, por meio de consulta:

a) ao SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e eventual infringência às hipóteses previstas no subitem 2.3 e o registro de ocorrências cadastradas relativas às penalidades que obstem à participação no certame ou à futura contratação;

b) ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

c) ao Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico [www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br); e

d) ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no endereço eletrônico [www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br).

8.1.1. As consultas a que se refere o subitem 8.1 serão realizadas em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n. 8.429/1992.

8.1.2. Constatada a existência de penalidade vigente que obste a participação da empresa licitante na licitação, o Pregoeiro procederá à sua eliminação do certame, por falta de condição de participação, reputando-a inabilitada no Sistema Compras.gov.br.

## IX. DA HABILITAÇÃO

9.1. A habilitação será verificada por meio de consulta on-line ao SICAF e análise da documentação especificada neste Edital.

9.1.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados pelo licitante vencedor por meio do sistema, quando solicitado pelo pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

9.1.1.1. Na hipótese de necessidade de envio de documentação complementar à habilitação, quando necessária à confirmação dos documentos exigidos neste Edital, deverá ser encaminhada por meio da opção “**Enviar Anexo**” do Sistema Compras.gov.br, **em até 2 (duas) horas**, contadas da convocação do Pregoeiro, devendo ser compactados em único arquivo (.zip).

9.1.1.2. O licitante convocado será responsável pela integridade e pelo conteúdo do arquivo encaminhado. Na hipótese de o arquivo apresentar problemas quanto à descompactação, leitura ou compatibilidade, será reaberta pelo Pregoeiro a convocação pelo sistema, dispondo o licitante do prazo remanescente àquele inicialmente concedido para proceder ao reenvio do arquivo, livre das circunstâncias que impediram sua leitura e impressão.

9.1.1.3. O não envio da documentação complementar a que se refere o subitem 9.6, ou o envio em desacordo com o Edital ou o decurso do prazo mencionado no subitem 9.6 sem que tenha sido resolvido o problema de descompactação, leitura ou compatibilidade mencionado no subitem 9.6.2, ensejará a **INABILITAÇÃO** da empresa.



9.1.2. O licitante vencedor poderá deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.2. Para a habilitação nesta licitação, será verificada e/ou exigida documentação referente:

- a) à Habilitação Jurídica, nos termos do art. 66 da Lei n. 14.133/2021;
- b) à Qualificação Técnica exigida neste Edital;
- c) à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista; e
- d) à Qualificação Econômico-Financeira exigida neste Edital.

9.2.1. Os licitantes que não atenderem às exigências de habilitação no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências, nos termos dos subitens 9.1 e 9.1.1 deste Edital.

9.3. Em relação à **Habilitação Jurídica**, serão exigidos:

- a) contrato social; e
- b) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

9.4. Em relação à **Qualificação Técnica**, serão exigidos:

a) um ou mais atestados que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei n. 14.133/2021;

a.1) quando se tratar de consórcio, será admitido, para fins de comprovação da qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado;

9.5. A **Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista** será aferida mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- a) a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) a regularidade perante a Fazenda Federal;
- d) a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e
- e) a regularidade perante a Justiça do Trabalho.

9.6. Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, serão exigidos:

a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

b) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

c) Declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública, vigentes na data de abertura da licitação, conforme respectivo modelo ANEXO IV deste Edital;

d) Comprovação da situação financeira da empresa mediante a obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC);

d.1) Existência de Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% do valor estimado para a contratação;

d.2) Existência de Patrimônio Líquido igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor total das parcelas a executar dos contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada, vigentes na data de abertura da licitação; e

e) Caso o valor total constante na declaração de que trata a alínea “c” acima apresente divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, em relação à receita bruta discriminada na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), a empresa licitante deverá acrescentar as devidas justificativas utilizando-se do respectivo modelo anexo ao edital licitatório.



f) Comprovação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

9.6.1. Para ser considerado apresentado na forma da lei, o Balanço Patrimonial deverá estar chancelado pela Junta Comercial, devidamente assinado, podendo ser apresentado o Livro Diário, também registrado na Junta Comercial, ou, ainda, Balanço Patrimonial digital, acompanhado do recibo de entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped, na forma do disposto pelo § 3º do art. 16 da Instrução Normativa n. 3/2018 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

9.6.1.1. Para empresas regidas pela Lei n. 6.404/1976, deverá ser apresentada a publicação do Balanço Patrimonial, na forma de seu art. 176, § 1º.

9.6.2. No caso de empresa constituída a menos de 2 (dois) anos, será admitida a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício.

9.6.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante a obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

9.6.4. Caso as empresas apresentem resultado igual ou menor que 1 (um) em qualquer dos índices referentes à situação financeira da empresa [Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC)], deverão comprovar o capital ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação.

9.6.4.1. Quando se tratar de consórcio, os valores a que se refere o subitem 9.6.4 serão acrescidos de 10% (dez por cento), sendo admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

9.6.4.1.1. O acréscimo previsto no subitem 9.6.4.1 não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

9.7. Na análise das condições de habilitação e da validade dos documentos comprobatórios, quando existente, tomar-se-á como referência a data da abertura da Sessão Eletrônica, informada no preâmbulo deste Edital.

9.7.1. Não serão aceitos documentos com indicação de **CNPJ/CPF** diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.7.1.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. 9.1. A habilitação será verificada por meio de consulta on-line ao SICAF e análise da documentação especificada neste Edital.

9.8. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação nesta licitação, nos termos do disposto no art. 4º do Decreto n. 8.538/2015.

9.9. A Comissão Permanente de Contratação deste Tribunal poderá, mediante solicitação do Pregoeiro, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação;

9.9.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem 9.9, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.



9.10. O licitante que não atender às exigências de habilitação previstas neste Edital será **INABILITADO** no certame, devendo o Pregoeiro retornar à fase de julgamento e examinar a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao exigido.

## X. DOS RECURSOS E DA ADJUDICAÇÃO

10.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

10.1.1. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

10.1.2. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

10.1.3. Será assegurada ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.2. O Pregoeiro terá o prazo de 3 (três) dias úteis para apreciar o recurso, reconsiderando a sua decisão ou, nesse mesmo período, encaminhá-lo ao Secretário de Administração e Orçamento, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

10.2.1. A apreciação dos recursos de que trata o subitem 10.1 dar-se-á em fase única.

10.2.2. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

10.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 10.1, importará a decadência desse direito, ficando o Secretário de Administração e Orçamento autorizado a **ADJUDICAR** o objeto deste certame, **POR ITEM (REGIÃO)**, ao licitante declarado vencedor e **HOMOLOGAR** o procedimento.

## XI. DAS PENALIDADES E SEUS RECURSOS

11.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

11.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 11.1, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea “a” do subitem 11.1.

11.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 11.3.

11.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

a) o atraso injustificado na execução do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor mensal contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;

b) a inexecução parcial do objeto sem extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal estimado do contrato;

c) inexecução parcial do objeto com extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;

d) a inexecução total do objeto com extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato.

11.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Edital.

11.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

11.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 11.3.

11.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.

11.2.2.5. A multa aplicada será:

a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;

b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;

c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;

d) descontada do valor da garantia prestada; ou

e) cobrada judicialmente.

11.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 11.1, “b” a “g”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:





a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;

c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 2 (dois) meses;

d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;

e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

11.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 11.1, “h” a “m”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

11.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.2.6. As sanções previstas nos subitens 11.2.3 e 11.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Edital, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou

d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

11.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 11.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 11.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou



c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

11.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

11.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 11.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

11.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 11.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

11.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

11.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

11.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

11.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

11.5. A sanção estabelecida no subitem 11.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

11.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

11.6.1. O recurso de que trata o subitem 11.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 11.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

## XII. DA DOTAÇÃO

12.1. As despesas correspondentes ao exercício em curso correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0042 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de SC, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Elemento de Despesa Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Subitem 78 – Limpeza e Conservação.

12.1.1. Os créditos e respectivos empenhos relativos aos exercícios subsequentes serão registrados mediante apostilamento.



### XIII. DAS OBRIGAÇÕES DO VENCEDOR

13.1. executar os serviços nas condições estipuladas no Termo de Referência e em sua proposta;

13.1.1. iniciar os serviços no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento, pela Contratada, da autorização emitida pela Seção de Apoio Administrativo do TRE-SC;

13.1.2. apresentar atestado de antecedentes civil e criminal de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações da Justiça Eleitoral;

13.1.3. responsabilizar-se pelo transporte de seus empregados, por meios próprios ou mediante fornecimento de vale-transporte, para a cobertura do trajeto residência trabalho e vice-versa (inclusive quando da realização de serviço adicional);

13.1.4. manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de emprego com este Tribunal, sendo de exclusiva responsabilidade da Contratada as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

13.1.5. manter, às suas expensas (sem ônus adicional a este Órgão), preposto à disposição do TRESC, que permaneça no local da execução dos serviços durante todo o expediente. A nomeação do preposto será por escrito, sendo permitido que este seja partícipe da força de trabalho. O respectivo documento de nomeação deverá ser entregue ao CONTRATANTE, no mais tardar, no 1º dia de prestação dos serviços;

13.1.6. os prepostos supracitados deverão assumir a responsabilidade dos serviços, até o seu recebimento definitivo, e deter poderes para deliberar sobre qualquer determinação da GESTÃO ou FISCALIZAÇÃO que se torne necessária;

13.1.7. apresentar, previamente, a relação dos empregados que serão colocados à disposição do TRESC, com a respectiva avaliação individual, a qual deverá atender às exigências estabelecidas pelo Contratante, que poderá recusar os que não preencherem as condições necessárias para o bom desempenho do serviço;

13.1.8. suprir toda e qualquer falta do(s) empregado(s) por outro profissional que atenda aos requisitos técnicos exigidos no Termo de Referência;

13.1.9. apresentar seus empregados, para a execução dos serviços ora contratados, devidamente uniformizados, identificando-os através de crachás, com fotografia recente;

13.1.10. para os serviços de limpeza e conservação, a contratada deverá fornecer aos seus empregados 02 (dois) uniformes completos a cada seis meses, devendo o primeiro ser fornecido no primeiro dia útil do início da vigência do contrato;

13.1.11. o uniforme deverá ser composto por 1 (uma) calça e 1 (uma) jaqueta em tecido do tipo microfibra peletizada, 2 (duas) camisetas em tecido do tipo malha PV, 01 (um) par de calçado fechado de couro (impermeável) e antiderrapante e 5 (cinco) pares de meias na cor preta (em material compatível e resistente ao calçado);

13.1.12. fornecer EPIs com certificado de aprovação – CA, tais como: calçados de segurança fechados impermeáveis e antiderrapantes, óculos de segurança incolor de ampla visão, protetor respiratório semifacial PFF2 e luvas “tipo nitrílica”;

13.1.13. instruir os Auxiliares de Serviços Gerais acerca da utilização, bem como exigir e fiscalizar o uso dos EPIs;

13.1.14. responsabilizar-se pelos treinamentos, capacitações e instruções sobre Riscos de Acidentes no Trabalho e Segurança e Saúde no Trabalho, conforme normas regulamentadoras específicas;

13.1.15. disponibilizar Ficha de Informação de Segurança do Produto Químico – FISPQ dos produtos químicos, para consulta e instrução dos ASGs;

13.1.16. cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, como também aqueles referentes à segurança e à medicina do trabalho;

13.1.17. fornecer os materiais e acessórios de limpeza em quantidade suficiente, até o 1º (primeiro) dia útil de cada mês, procedendo à complementação tão logo seja necessário. No início do contrato, os materiais e utensílios devem ser encaminhados até o 1º (primeiro) dia útil da efetiva prestação dos serviços;



- 13.1.18. fornecer materiais menos agressivos ao meio ambiente, que estejam em consonância com a política ambiental do TRESC, bem como estejam de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência;
- 13.1.19. disponibilizar os equipamentos de limpeza até o 1º (primeiro) dia da prestação dos serviços;
- 13.1.20. responder por qualquer dano que, por dolo ou culpa, os seus profissionais causarem a terceiro ou ao Contratante;
- 13.1.21. manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do Contratante ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da execução do presente objeto, devendo orientar seus funcionários nesse sentido;
- 13.1.22. selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando trabalhadores portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;
- 13.1.23. realizar integralmente os serviços descritos neste Termo de Referência;
- 13.1.24. executar os serviços adicionais solicitados pelo Contratante, iniciando a sua realização no prazo máximo de 2 (duas) horas após o pedido, consoante disposto neste Termo de Referência;
- 13.1.25. comprovar a quitação das obrigações trabalhistas;
- 13.1.26. substituir qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do Serviço Público.
- 13.1.27. quando se tratar de consórcio, promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no subitem 7.1.1.4, "a";
- 13.1.28. zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, visitantes e funcionários de empresas que prestam serviços nas dependências do TRE-SC;
- 13.1.29. não ter em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (art. 2º, VI, da Resolução CNJ n. 7/2005);
- 13.1.30. não ter vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 13.1.31. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRE-SC; e
- 13.1.32. manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Pregão.

#### **XIV. DO PAGAMENTO**

- 14.1. O pagamento será feito em favor do licitante vencedor, mensalmente, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.
- 14.1.1. O pagamento será devido a partir da data de início da prestação dos serviços.
- 14.1.2. O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços.
- 14.1.3. O recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa.
- 14.1.4. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.



14.1.5. Os valores referentes às provisões trabalhistas relativas a férias, 1/3 constitucional, 13º salário, multa do FGTS por dispensa sem justa causa e incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário serão destacados do valor mensal do contrato e depositados em conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação – aberta em nome da licitante contratada, unicamente para essa finalidade, e com movimentação somente por ordem do TRE-SC, conforme Resolução CNJ n. 169/2013, observado o seguinte:

- a) os procedimentos para a glosa das provisões serão os descritos na Resolução CNJ n. 169/2013;
- b) os percentuais das provisões, para fins de retenção, são os indicados na Planilha de Custos e Formação de Preços – ANEXO II deste Edital; e
- c) os valores das provisões de encargos trabalhistas depositados na conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação – deixarão de compor o valor de pagamento mensal ao licitante vencedor.

14.1.6. Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados diariamente pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido no termo de cooperação técnica firmado com o banco público oficial.

14.1.7. O valor a ser pago à empresa, mensalmente, a título de vale-transporte, refletirá o que for efetivamente pago a seus empregados, considerando-se como valor máximo o que tiver sido previsto na proposta. Assim, a não comprovação das despesas referentes ao vale-transporte implicará a glosa dos valores faturados a esse título.

14.2. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

14.3. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura a comprovação da manutenção das condições exigidas para a habilitação na licitação.

14.4. O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no **Instrumento de Medição de Resultado – IMR** anexo à minuta de contrato, o qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

14.5. Para que seja atestada a Nota Fiscal/Fatura, o licitante vencedor deverá apresentar, juntamente com ela, as seguintes comprovações relativas aos seus empregados regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas, nominalmente identificados e alocados nas dependências do TRE-SC para execução do objeto contratado:

- a) cópia do comprovante de recolhimento mensal da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e seus empregados, sob pena de rescisão contratual;
- b) cópia do comprovante de recolhimento mensal para o FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço nas respectivas contas vinculadas individuais dos trabalhadores, observada a legislação específica;
- c) comprovante de depósito de salários no prazo legal, referente ao mês anterior;
- d) comprovante de fornecimento de vale-transporte e de auxílio-alimentação, quando cabíveis; e
- e) comprovante de pagamento do 13º salário, da concessão de férias e do correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei.

14.5.1. Os comprovantes de que trata o subitem 14.5 deverão ser correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração; tratando-se da primeira nota fiscal/fatura da execução do contrato, deverão ser referentes ao mês faturado.

14.5.2. Tratando-se do pagamento da última nota fiscal/fatura referente à execução do contrato, em razão de término da vigência do ajuste ou de rescisão contratual, além dos comprovantes de que trata o subitem 14.5, deverão ser comprovados os pagamentos, aos empregados, das verbas rescisórias ou demonstrado que os empregados foram realocados, pelo licitante vencedor, em outra atividade, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho, observado o disposto nos subitens 14.5 e 14.5.1.

14.5.2.1. Somente com as comprovações de que trata o subitem 14.5.2 considerar-se-á completa a execução do contrato.

14.5.3. As comprovações de que trata o subitem 14.5 deverão ser feitas por documentos que permitam aferir o adimplemento em relação a cada empregado alocado na execução do contrato.



14.6. Ocorrerá a **retenção ou glosa**, ainda, no pagamento devido ao licitante vencedor, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando este:

a) deixar de cumprir as cláusulas contratadas, inclusive as relativas às obrigações trabalhistas, previdenciárias e ao FGTS, salvo por decisão judicial em contrário; e

b) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, conforme Instrumento de Medição de Resultado anexo à minuta de contrato.

14.7. Nos termos do § 4º do art. 6º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, o TRE-SC efetuará consulta ao Portal do Simples Nacional para fins de verificação da condição da empresa de optante pelo Simples Nacional. Caso não seja esse o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, serão retidos pelo TRE-SC os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.

14.8. Se ocorrerem **atrasos de pagamento** provocado exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira:

I = 6/100/365 (ou seja, taxa anual/100/365dias).

I = 0,0001644.

## XV. DO CONTRATO

15.1. Será firmado contrato com o licitante vencedor que terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei n. 14.133/2021.

15.2. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste Pregão, independentemente de transcrição.

15.3. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.3.1. O Contrato deverá ser assinado de forma eletrônica, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, no prazo indicado no subitem 15.3.2.

15.3.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas neste Edital ou se recusar a assinar o contrato, no prazo de até 3 (três) dias úteis, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades aludidas no Item XI deste Edital.

15.4. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração, especialmente designado, na forma do art. 117 da Lei n. 14.133/2021.

**15.5. No ato da assinatura do contrato, o licitante vencedor deverá:**

a) autorizar o TRE-SC a fazer o desconto na fatura ou nota fiscal dos valores relativos aos salários e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis; e

b) autorizar o TRE-SC a reter, a qualquer tempo, a garantia a que se refere o item XVIII deste Edital;

15.6. A assinatura do contrato de prestação de serviços entre o TRE-SC e a empresa vencedora do certame será sucedida dos seguintes atos:





a) solicitação pelo TRE-SC, mediante ofício, ao banco público oficial para abertura de conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – no nome da empresa, de acordo com o modelo constante do termo de cooperação, devendo o banco público oficial ao TRE-SC sobre a abertura da referida conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – na forma do modelo consignado no supracitado termo de cooperação; e

b) assinatura, pela empresa contratada, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação do TRE-SC, dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – e do termo específico do banco oficial que permita ao TRE-SC ter acesso aos saldos e extratos, bem como vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do TRE-SC, conforme modelo indicado no termo de cooperação.

## **XVI. DA EXTINÇÃO**

16.1. O contrato poderá ser extinto nos termos da Lei n. 14.133/2021.

16.2. Nos casos de extinção, previstos nos incisos I, II e IX art. 137 da Lei n. 14.133/2021, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa, nos termos das alíneas "b" ou "c" do subitem 11.2, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das penalidades previstas nos subitens 11.2.3 e 11.2.4, quando couber.

## **XVII. DA REPACTUAÇÃO**

17.1. O valor contratado poderá ser repactuado, visando sua adequação aos novos preços de mercado, observado o interregno mínimo de um ano e a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.

17.1.1. São fatos geradores que podem ensejar a repactuação:

- a) variação dos custos com a execução do objeto, decorrente do mercado; e
- b) acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente.

17.2. No caso da primeira repactuação, o prazo mínimo de um ano a que se refere o subitem 17.1 conta-se a partir:

- a) da data limite para apresentação das propostas constantes do instrumento convocatório, em relação ao fato gerador de que trata o subitem 17.1.1, alínea "a"; ou
- b) da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente (subitem 17.1.1, alínea "b") vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.

17.2.1. Nas repactuações subsequentes, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que motivou a última repactuação.

17.3. O requerimento referente à repactuação deverá ser protocolizado no TRE-SC pelo licitante vencedor – com os documentos comprobatórios – a partir da ocorrência do fato gerador e anteriormente à data da prorrogação contratual subsequente, sob pena de preclusão de seu direito a repactuar.

17.3.1. O requerente deverá apresentar planilhas que evidenciem analiticamente a variação dos custos, devidamente comprovada e justificada. A comprovação poderá ser feita por meio de documentos relativos à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de repactuação.

17.3.2. O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação a que se refere o subitem 17.3.

17.4. Não será admitido o repasse automático para os demais componentes da planilha de custo do percentual de majoração de salário acordado em convenção, acordo, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, devendo o licitante vencedor, no momento do pedido de repactuação, comprovar a variação de cada item, por meio de planilha, aberta, atualizada de seus custos.

17.5. Os efeitos financeiros da repactuação serão devidos:

- a) a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação; ou



b) em data futura à do fato gerador, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras.

17.5.1. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

17.6. O item “aviso prévio trabalhado” será pago somente no primeiro ano de vigência do contrato.

## **XVIII. DA GARANTIA**

18.1. Para fiel cumprimento das obrigações assumidas, o licitante vencedor prestará garantia em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor estimado do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados, **em até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do TRE-SC**, após o recebimento do contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) seguro-garantia; ou

c) fiança bancária.

18.1.1. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do contratante;

18.1.2. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem 18.1.5, observada a legislação que rege a matéria;

18.1.3. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade a partir do início dos serviços e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

18.1.4. No caso de garantia na modalidade de carta de fiança, deverá dela constar expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

18.1.5. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

18.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

18.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por não cumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

18.4. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

18.5. O licitante vencedor obriga-se a apresentar nova garantia, conforme o caso, em até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do TRE-SC, antes do seu vencimento ou após a redução do seu valor em razão de aplicação de qualquer penalidade ou, ainda, após a assinatura de termo aditivo decorrente de acréscimo do objeto contratado ou de repactuação que implique na elevação do valor ajustado, mantendo-se o percentual estabelecido no subitem 18.1.

18.6. A garantia será considerada extinta:



a) com a devolução da apólice, carta-fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

b) com o término da vigência do contrato, observado o prazo previsto no subitem 18.1.4, que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

18.7. A garantia somente será liberada mediante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas.

## **XIX. DA MOVIMENTAÇÃO DA CONTA VINCULADA**

19.1. O licitante vencedor deverá solicitar autorização do TRE-SC para:

a) resgatar da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas previdenciárias que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no artigo 4º da Resolução CNJ n. 169/2013, desde que comprovado tratar-se dos empregados alocados pela empresa contratada para prestação dos serviços contratados; e

b) movimentar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – diretamente para a conta-corrente dos empregados alocados na execução do contrato, desde que a finalidade seja o pagamento de verbas trabalhistas que estão contempladas nas mesmas rubricas indicadas no artigo 4º da Resolução CNJ n. 169/2013.

19.2. Para o resgate dos recursos da conta-corrente vinculada (alínea “a” do subitem 19.1) – bloqueada para movimentação –, a empresa deverá apresentar ao Secretário de Administração e Orçamento do TRE-SC os documentos comprobatórios do pagamento das rubricas indicadas no subitem 14.1.5.

19.3. O Secretário de Administração e Orçamento do TRE-SC expedirá, após a confirmação do pagamento das verbas trabalhistas, a autorização de que trata o subitem 19.1, “a”, e a encaminhará ao Banco do Brasil no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

19.4. Na situação descrita no subitem 19.1, “b”, o TRE-SC solicitará ao banco público oficial que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir da data da transferência dos valores para a conta-corrente do beneficiário, apresente os respectivos comprovantes de depósitos.

19.5. Quando os valores a serem liberados da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – referirem-se à rescisão do contrato de trabalho entre a empresa contratada e o empregado alocado na execução do contrato, com mais de 1 (um) ano de serviço, o TRE-SC deverá requerer, por meio da contratada, a assistência do sindicato da categoria a que pertencer o empregado, ou da autoridade do Ministério do Trabalho, para verificar se os termos de rescisão do contrato de trabalho estão corretos.

19.6. O saldo remanescente dos recursos depositados na Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação –, será liberado à empresa no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

## **XX. DA GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

20.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução da contratação consistem na verificação, pelo Contratante, da conformidade da execução do objeto contratado, de forma a assegurar o perfeito cumprimento pelo licitante vencedor, e serão coordenados pelo **Gestor da Contratação**, em conformidade com o art. 117 da Lei n. 14.133/2021, com o apoio da Equipe de Fiscalização.

20.1.1. A Equipe de Fiscalização do Contrato é composta por:

	<b>Titular ou substituto das unidades</b>
Gestor da contratação	Seção de Apoio Administrativo



Fiscal técnico	Seção de Apoio Administrativo
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária
Fiscais setoriais	Chefe de Cartório da respectiva Zona Eleitoral

20.2. Ao Gestor, fica assegurado o direito de:

- a) exigir o cumprimento de todos os itens das especificações constantes do Termo de Referência; e
- b) rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para sua retirada.

20.3. O acompanhamento de que trata o subitem 20.1 não exime o licitante vencedor de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois da execução do objeto deste edital.

## XXI. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Todos os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema Eletrônico e na documentação relativa ao certame.

21.2. O CNPJ do estabelecimento que participar do certame, matriz/sede ou filial, deverá ser o mesmo a constar no contrato e nas Notas Fiscais/Faturas emitidas, quando do fornecimento do objeto contratado. Dessa forma, não será admitida a emissão de Notas Fiscais/Faturas por CNPJ de estabelecimento diverso daquele participante da Licitação.

21.3. O objeto deste Pregão poderá sofrer acréscimos ou supressões, em conformidade com o art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

21.4. A autoridade competente para homologar o presente certame poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

21.5. Todo contato entre o Pregoeiro e os licitantes, durante a Sessão Pública, será realizado por meio de campo próprio para troca de mensagens disponibilizado pelo Sistema Eletrônico, vedada outra forma de comunicação.

Florianópolis, 29 de junho de 2023.

Heloísa Helena Bastos Silva Lübke  
Coordenadora de Julgamento de Licitações



## MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Contrato para serviços especializados e continuados de limpeza e conservação, com fornecimento de materiais e disponibilização de equipamentos, para as unidades da Justiça Eleitoral que compõem a TERCEIRA E/OU a QUINTA E/OU SEXTA das seis regiões geográficas em que se encontram agrupadas as unidades da Justiça Eleitoral de Santa Catarina, autorizado pelo Senhor \_\_\_\_\_, Secretário de Administração e Orçamento, na fl. \_\_\_\_ do Procedimento Administrativo Eletrônico n. 8.114/2023 (Pregão n. 033/2023), que entre si fazem o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e a empresa \_\_\_\_\_, em conformidade com a Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, com a Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, com as Resoluções n. 7, de 18 de outubro de 2005, 156, de 8 de agosto de 2012, 169, de 31 de janeiro de 2013, e 497, de 20 de abril de 2023, do Conselho Nacional de Justiça, com os Decretos n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, e 11.246, de 27 de outubro de 2022, com o Termo de Conciliação entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, homologado na 20ª Vara do Trabalho de Brasília – DF, nos autos do Processo de n. 01082-2002-020-10-00-0, e com as Portarias P n. 18, de 31 de janeiro de 2023, e n. 39, de 10 de abril de 2023.

Pelo presente instrumento particular, de um lado o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, órgão do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 05.858.851/0001-93, com sede na Rua Esteves Júnior, n. 68, nesta Capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Orçamento, Senhor \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o n. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado em \_\_\_\_\_/SC e, de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n. \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) seu (sua) \_\_\_\_\_, Senhor(a) \_\_\_\_\_ inscrito(a) no CPF sob o n. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) \_\_\_\_\_, tem entre si ajustado Contrato para serviços especializados e continuados de limpeza e conservação, com fornecimento de materiais e disponibilização de equipamentos, para as unidades da Justiça Eleitoral que compõem a TERCEIRA E/OU a QUINTA E/OU SEXTA das seis regiões geográficas em que se encontram agrupadas as unidades da Justiça Eleitoral de Santa Catarina, firmado de acordo com a Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, com a Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, com as Resoluções n. 7, de 18 de outubro de 2005, 156, de 8 de agosto de 2012, 169, de 31 de janeiro de 2013, e 497, de 20 de abril de 2023, do Conselho Nacional de Justiça, com os Decretos n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, e 11.246, de 27 de outubro de 2022, com o Termo de Conciliação entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, homologado na 20ª Vara do Trabalho de Brasília – DF, nos autos do Processo de n. 01082-2002-020-10-00-0, com as Portarias P n. 18, de 31 de janeiro de 2023, e n. 39, de 10 de abril de 2023, e com o Pregão n. 033/2023, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem como objeto a prestação de serviços de especializados e continuados de limpeza e conservação, com fornecimento de materiais e disponibilização de equipamentos, para as unidades da Justiça Eleitoral que compõem a TERCEIRA E/OU a QUINTA E/OU SEXTA das seis regiões geográficas em que se encontram agrupadas as unidades da Justiça Eleitoral de Santa Catarina na forma como segue:

REGIÃO 3			
Município	Zona Eleitoral	Endereço	Telefone
Balneário Camboriú	56ª e 103ª ZE	Rua 2850, N. 470, Centro.	47 3367 4526/ 47 988167104 47 3398 4605/



			47 988344311
Balneário Piçarras	68ª ZE	Av Getúlio Vargas, 123, Centro.	47 3345 1155/ 47 988183693
Blumenau	3ª e 88ªZE	Praça Victor Konder, 60, Fórum Universitário, Centro.	47 3326 4850/ 47 988123983 47 3329 1999/ 47 988264173
Brusque	5ª e 86ªZE	Rua Humberto Mattioli, 78, Centro.	47 3396 6215/ 47 988125787 47 3355 6532/ 47 988222394
Gaspar	64ªZE	Rua Jackceia de Andrade, 66, Centro	47 3332 1256/ 47 988182226
Ibirama	14ªZE	Rua Doutor Getúlio Vargas, 560, Térreo, Centro.	47 3357 3522/ 47 988131894
Indaial	15ªZE	Rua Marechal Floriano Peixoto, 35, Edifício Menke, Loja 10, Centro.	47 3333 3011/ 47 988133814
Itajaí	16ª e 97ªZE	Avenida José Eugênio Muller, 406, Centro.	47 3349 2941/ 47 988135376 47 3346 3531/ 47 988331702
Itapema	91ªZE	Avenida Nereu Ramos, N. 1180, Centro.	47 3268 0605/ 47 988279328
Ituporanga	39ªZE	Rua João Steffens, 425, Seminário.	47 3533 1605/ 47 988157814
Joinville	19ª, 76ª, 95ª, 96ª e 105ªZE	R Jaguaruna, 38, Centro.	47 3433 7023/ 47 988139344 47 3433 9355/ 47 988191530 47 3433 8671/ 47 988298312 47 3422 1354/ 47 988324236 47 3343 6433/ 47 988352259
Rio do Sul	26ª e 102ªZE	Rua Julio Roussenq Filho, 265, Jardim América.	47 3521 4803/ 47 988143125 47 3521 4803/ 47 988343344
São Francisco do Sul	27ªZE	R Barão do Rio Branco, 377, Sl. 300, Centro.	47 3444 1355
Taió	46ªZE	Rua Padre Eduardo, 600, Centro.	47 3562 0198/ 47 988161097
Trombudo Central	57ªZE	R Getúlio Vargas, 411, Cidade Alta.	47 3544 0587 47 988171199
Navegantes	106ªZE	R. Anibal Gaya, N. 525, Centro.	47 3319 2252

E/OU





REGIÃO 5			
Município	Zona Eleitoral	Endereço	Telefone
Anita Garibaldi	52ªZE	Avenida Eduardo Salmoria 485, Centro.	49 3543 0322/ 49 988054821
Bom Retiro	4ªZE	R Anita Garibaldi, 343, Loja 01, Térreo.	49 3277 0575/ 49 988000239
Caçador	6ªZE	R Victor Baptista Adami, 919, Sala 01, Centro.	49 3563 0087/ 49 3567 0725/ 49 988001815
Campos Novos	7ªZE	R Danúzia Bess, 434, 1º Andar, Centro.	49 3541 1104/ 49 988006780
Capinzal	37ªZE	Rua Narciso Barison, 171, Centro.	49 3555 2459/ 49 988031048
Concórdia	9ª e 90ªZE	R Ângelo Ari Biezu, N. 69, Térreo, Centro.	49 3444 5970/ 49 3444 7198
Curitibanos	11ªZE	Avenida Advogado Sebastiao Calomeno, s/n.	49 3241 0533/ 49 988010199
Joaçaba	18ª e 85ªZE	Av. XV de Novembro, 12 - Térreo - Sala 02, Centro.	49 3522 1246/ 49 3521 1335/ 49 988012612 49 3521 3060/ 49 3521 3574/ 49 988703813
Orleans	23ªZE	Rua Antônio da Silva Cascaes, 140, Ed Teresa Cristina, Conde D'Eu.	48 3466 1880/ 48 988128065
Lages	21ª, 93ª e 104ªZE	Avenida Belizário Ramos, 3.800, Bloco B, Centro.	49 3222 8316/ 49 988017273 49 3222 8312/ 49 988712360 49 3222 8317/ 49 988718569
Santa Cecília	51ªZE	Av. XV de Novembro, Esq. Com Rua Antônio Carlos de Medeiros 531, Sala 01, Centro.	49 3244 1564/ 49 3244 2562/ 49 988054298
São Joaquim	28ªZE	Rua Boanerges Pereira de Medeiros, N.13, Centro.	49 3233 2088/ 49 988019387
Tangará	47ªZE	Avenida Irmãos Piccoli, N. 220, Sala 106 e 107, Centro.	49 3532 1005/ 49 3532 1024/ 49 988048752
Videira	36ªZE	Rua Saul Brandalise, N.1531, Edifício San Francisco, Sala 03, Bairro Dois Pinheiros.	49 3533 2378/ 49 988028840

E/OU



REGIÃO 6			
Município	Zona Eleitoral	Endereço	Telefone
Abelardo Luz	71ªZE	Avenida Pe. João Smedt, 1274, Centro.	49 3445 4625/ 49 988693616
Campo Erê	69ªZE	Rua Osvaldo Dário Dall'igna, 794, Sala 2.	49 3655 1225/ 49 988061505
Chapecó	35ª e 94ªZE	Avenida Nereu Ramos, 1841-E, Centro.	49 3323 5445/ 49 988021312 49 988714742
Dionísio Cerqueira	50ªZE	Av Santa Catarina, 218, Centro.	49 3644 0446/ 49 988052354
Fraiburgo	77ªZE	Rua Albano Burguer, 45, Sala 03.	49 3246 3013/ 49 988699568
Itapiranga	65ªZE	Rua São Bonifácio, 280, Sala 1, Centro.	49 3677 0207/ 49 988060670
Maravilha	58ªZE	Avenida Anita Garibaldi, 1012, Sala 01.	49 3664 0856/ 49 988058419
Modelo	83ªZE	Rua XV de Novembro, 476, Centro.	49 3365 3504/ 49 988124036
Palmitos	41ªZE	Rua Visconde do Rio Branco, 932, Sala 2.	49 3647 0539/ 49 988036769
Pinhalzinho	66ªZE	Avenida Capitão Anízio, 1.037.	49 3366 1822/ 49 988061055
Ponte Serrada	63ªZE	Avenida XV de Novembro, 86, Sala 2, Edifício Marafon.	49 3435 0004/ 49 988059976
Quilombo	78ªZE	Avenida Coronel Ernesto Bertaso 1300 SI5, Ed Dom Victório.	49 3346 3361/ 49 988702063
São Carlos	70ªZE	Rua Demétrio Lorenz, esquina com a Rua Pedro J. Werlang, lote 15, quadra 20, Edifício Galli II, Centro.	49 3325 4038/ 49 988692545
São Lourenço do Oeste	49ªZE	Travessa São Pedro, n. 1.085, Centro.	49 3344 1255/ 49 988050898
São Miguel do Oeste	45ªZE e 82 ZE	Rua Marquês do Herval, 977, Sala 6, Ed. Leolino Baldisser.	49 3621 0886/ 49 988041961 49 3621 1016
Seara	61ªZE	Rua Sétimo Casarotto, 98. Sala 2, Centro.	49 3452 4763 49 988059529
Xanxerê	43ªZE	Travessa Ernesto Carmelli, 55, Sala 1, Centro.	49 3433 5056/ 49 988037396
Xaxim	48ªZE	Rua Rio Grande, 653, Centro	49 3353 1358/ 49 988049984

1.2. No quadro abaixo consta a quantidade de profissionais que prestarão serviços para este Tribunal, com a seguinte carga horária mensal e horário de prestação dos serviços:



REGIÃO 3						
LOCAL	ITEM	FUNÇÃO	QTDE.	CARGA HORÁRIA	VALORES	
					Mensal	Pacote Adicional
Balneário Camboriú	1	Auxiliar de serviços gerais	1	180h	R\$ _____	R\$ _____
Balneário Piçarras	2	Auxiliar de serviços gerais	1	120h	R\$ _____	R\$ _____
Blumenau	3	Auxiliar de serviços gerais	1	180h	R\$ _____	R\$ _____
		Auxiliar de serviços gerais	1	120h	R\$ _____	R\$ _____
Brusque	4	Auxiliar de serviços gerais	1	180h	R\$ _____	R\$ _____
Gaspar	5	Auxiliar de serviços gerais	1	120h	R\$ _____	R\$ _____
Ibirama	6	Auxiliar de serviços gerais	1	120h	R\$ _____	R\$ _____
Indaial	7	Auxiliar de serviços gerais	1	120h	R\$ _____	R\$ _____
Itajaí	8	Auxiliar de serviços gerais	1	180h	R\$ _____	R\$ _____
		Auxiliar de serviços gerais	1	120h	R\$ _____	R\$ _____
Itapema	9	Auxiliar de serviços gerais	1	120h	R\$ _____	R\$ _____
Ituporanga	10	Auxiliar de serviços gerais	1	120h	R\$ _____	R\$ _____
Joinville	11	Auxiliar de serviços gerais	3	120h	R\$ _____	R\$ _____
Rio do Sul	12	Auxiliar de serviços gerais	1	180h	R\$ _____	R\$ _____
São Francisco do Sul	13	Auxiliar de serviços gerais	1	120h	R\$ _____	R\$ _____
Taió	14	Auxiliar de serviços gerais	1	120h	R\$ _____	R\$ _____
Trombudo Central	15	Auxiliar de serviços gerais	1	120h	R\$ _____	R\$ _____
Navegantes	16	Auxiliar de serviços gerais	1	120h	R\$ _____	R\$ _____

OU \_\_\_\_\_ (conforme proposta do licitante vencedor).

E/OU

REGIÃO 5						
LOCAL	ITEM	FUNÇÃO	QTDE.	CARGA HORÁRIA	VALORES	
					Mensal	Pacote Adicional
Anita Garibaldi	1	Auxiliar de serviços gerais	1	120h	R\$ _____	R\$ _____
Bom Retiro	2	Auxiliar de serviços gerais	1	120h	R\$ _____	R\$ _____
Caçador	3	Auxiliar de serviços gerais	1	120h		
Campos Novos	4	Auxiliar de serviços gerais	1	180h	R\$ _____	R\$ _____
Capinzal	5	Auxiliar de serviços gerais	1	120h	R\$ _____	R\$ _____
Concórdia	6	Auxiliar de serviços gerais	1	180h	R\$ _____	R\$ _____
Curitibanos	7	Auxiliar de serviços gerais	1	120h	R\$ _____	R\$ _____
Joaçaba	8	Auxiliar de serviços gerais	1	180h		
Orleans	9	Auxiliar de serviços gerais	1	180h	R\$ _____	R\$ _____
Lages	10	Auxiliar de serviços gerais	1	180h	R\$ _____	R\$ _____
		Auxiliar de serviços gerais	1	120h	R\$ _____	R\$ _____



Santa Cecília	11	Auxiliar de serviços gerais	1	120h	R\$ _____	R\$ _____
São Joaquim	12	Auxiliar de serviços gerais	1	180h	R\$ _____	R\$ _____
Tangará	13	Auxiliar de serviços gerais	1	120h	R\$ _____	R\$ _____
Videira	14	Auxiliar de serviços gerais	1	120h	R\$ _____	R\$ _____

OU \_\_\_\_\_ (conforme proposta do licitante vencedor).

E/OU

REGIÃO 6						
LOCAL	ITEM	FUNÇÃO	QTDE.	CARGA HORÁRIA	VALORES	
					Mensal	Pacote Adicional
Abelardo Luz	1	Auxiliar de serviços gerais	1	120h	R\$ _____	R\$ _____
Campo Erê	2	Auxiliar de serviços gerais	1	120h	R\$ _____	R\$ _____
Chapecó	3	Auxiliar de serviços gerais	1	180h		
Dionísio Cerqueira	4	Auxiliar de serviços gerais	1	120h	R\$ _____	R\$ _____
Fraiburgo	5	Auxiliar de serviços gerais	1	120h	R\$ _____	R\$ _____
Itapiranga	6	Auxiliar de serviços gerais	1	120h	R\$ _____	R\$ _____
Maravilha	7	Auxiliar de serviços gerais	1	120h	R\$ _____	R\$ _____
Modelo	8	Auxiliar de serviços gerais	1	120h	R\$ _____	R\$ _____
Palmitos	9	Auxiliar de serviços gerais	1	120h	R\$ _____	R\$ _____
Pinhalzinho	10	Auxiliar de serviços gerais	1	120h	R\$ _____	R\$ _____
Ponte Serrada	11	Auxiliar de serviços gerais	1	120h	R\$ _____	R\$ _____
Quilombo	12	Auxiliar de serviços gerais	1	120h	R\$ _____	R\$ _____
São Carlos	13	Auxiliar de serviços gerais	1	120h	R\$ _____	R\$ _____
São Lourenço do Oeste	14	Auxiliar de serviços gerais	1	120h	R\$ _____	R\$ _____
São Miguel do Oeste	15	Auxiliar de serviços gerais	1	120h	R\$ _____	R\$ _____
Seara	16	Auxiliar de serviços gerais	1	120h	R\$ _____	R\$ _____
Xanxerê	17	Auxiliar de serviços gerais	1	120h	R\$ _____	R\$ _____
Xaxim	18	Auxiliar de serviços gerais	1	120h	R\$ _____	R\$ _____

1.3. As tabelas a seguir, denominadas Tabelas de Produtividade Diária, consolidam a demanda dos serviços a serem executados, mediante especificações das áreas físicas dos imóveis e indicação da frequência em que as atividades serão executadas:

• REGIÃO 3:

CARTÓRIOS ELEITORAIS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ – 56ª E 103ª ZES
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda à sexta-feira, no período vespertino, com início às 12h e término às 18 horas.
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com esquadrias de alumínio, área interna de, aproximadamente, 240,97m <sup>2</sup> , consoante croqui anexo.
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 4 (quatro) servidores do quadro de pessoal do TRESC, 1 servidor removido, 3 (três) auxiliares eleitorais, 7 (sete) estagiários, 2 (dois) promotores e 2 (dois) juízes eleitorais.



Áreas Físicas aproximadas	Frequência diária da realização das atividades	Produtividade (m²/dia)
123,41m² de área interna mobiliada, chão revestido com piso frio	1 (única)	123,41m²
98,32m² de área interna de acesso intenso, tais como recepção	2 (dupla)	196,64m²
10,83m² de área de sanitário	2 (dupla)	21,66m²
8,41m² de área de copa	2 (dupla)	16,82m²
<b>TOTAL</b>		<b>358,53m²</b>
Área envidraçada aproximada	Frequência semanal da realização das atividades	Produtividade (m²/dia)
230m² de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	230m²
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>230m²</b>

<b>CARTÓRIO ELEITORAL DE BALNEÁRIO DE PIÇARRAS – 68ª ZE</b>		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período vespertino, com início às 14h e término às 18 horas.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com área interna privativa de, aproximadamente, 294,70 m²		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> Os serviços atenderão às necessidades de 3 (três) servidores do quadro de pessoal do TRESC, 1 (um) auxiliar eleitoral, 2 estagiários, 1 (um) promotor e 1 (um) juiz eleitoral.		
Áreas Físicas aproximadas	Frequência diária da realização das atividades	Produtividade (m²/dia)
143,50m² de área de configuração de urnas, sala do juiz, hall, depósito e arquivo	1 (única)	143,50
135,76m² de área interna de acesso intenso, tais como atendimento, cartório/circulação	2 (dupla)	271,52
15,44m² de área de sanitário, copa, área de serviços	2 (dupla)	30,88
<b>TOTAL</b>		<b>445,90</b>
Área envidraçada aproximada	Frequência semanal da realização das atividades	Produtividade (m²/dia)
64,18m² de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	64,18m²
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>64,18m²</b>

<b>Cartório Eleitoral de Blumenau – 3ª e 88ª ZEs</b>		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período vespertino, com início às 12h e término às 18 horas (180h) e início às 8h e término às 12h (120h)		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com esquadrias de alumínio e área interna de, aproximadamente, 322,54m², consoante croqui em anexo.		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> Os serviços atenderão às necessidades de 9 (nove) servidores do quadro de pessoal do TRESC, 6 (seis) auxiliares eleitorais, 3 (três) estagiários, 3 (três) promotores e 3 (três) juizes eleitorais.		
Áreas Físicas aproximadas	Frequência diária da realização das atividades	Produtividade (m²/dia)
198,23m² de área interna mobiliada, chão revestido com piso frio	1 (única)	198,23m²



95,07m <sup>2</sup> de área interna de acesso intenso, tais como recepção	2 (dupla)	190,14m <sup>2</sup>
19,4m <sup>2</sup> de área de sanitário	2 (dupla)	38,8m <sup>2</sup>
9,84m <sup>2</sup> de área de copa	2 (dupla)	19,68m <sup>2</sup>
<b>TOTAL</b>		<b>446,85m<sup>2</sup></b>
<b>Área envidraçada aproximada</b>	<b>Frequência semanal da realização das atividades</b>	<b>Produtividade (m<sup>2</sup>/dia)</b>
226,18m <sup>2</sup> de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	226,18
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>226,18</b>

<b>CARTÓRIOS ELEITORAIS DE BRUSQUE (5ª E 86ª ZES)</b>		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período vespertino, com início às 12h e término às 18 horas.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com esquadrias de alumínio, área interna de, aproximadamente, 222,53m <sup>2</sup> , consoante croqui anexo.		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 5 (cinco) servidores do quadro de pessoal do TRESC, 3 (três) estagiários, 2 (dois) promotores e 2 (dois) juizes eleitorais.		
<b>Áreas Físicas aproximadas</b>	<b>Frequência diária da realização das atividades</b>	<b>Produtividade (m<sup>2</sup>/dia)</b>
82,87 m <sup>2</sup> de área interna mobiliada, chão revestido com piso cerâmico	1 (única)	82,87m <sup>2</sup>
75,24 m <sup>2</sup> de área interna de acesso intenso, atendimento central.	2 (dupla)	151,06m <sup>2</sup>
40 m <sup>2</sup> de área interna do Arquivo	1 (única)	36,96 m <sup>2</sup>
24,12 m <sup>2</sup> de área de sanitário e copa	2 (dupla)	48,24 M <sup>2</sup>
<b>TOTAL</b>		<b>319,13 m<sup>2</sup></b>
<b>Área envidraçada aproximada</b>	<b>Frequência semanal da realização das atividades</b>	<b>Produtividade (m<sup>2</sup>/dia)</b>
24m <sup>2</sup> de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	30m <sup>2</sup>
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>30m<sup>2</sup></b>

<b>CARTÓRIO ELEITORAL DE GASPAR – 64ª ZE</b>		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda à sexta-feira, no período vespertino, com início às 12h e término às 16 horas.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com área interna de, aproximadamente, 206,89m <sup>2</sup> , consoante croqui, em anexo.		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 2 (dois) servidores do quadro de pessoal do TRESC, 2 (dois) a 4 (quatro) auxiliares eleitorais, 2 (dois) a 8 (oito) estagiários, 1 (um) promotor e 1 (um) juiz eleitoral.		
<b>Áreas Físicas aproximadas</b>	<b>Frequência diária da realização das atividades</b>	<b>Produtividade (m<sup>2</sup>/dia)</b>
70,99m <sup>2</sup> de área interna mobiliada, chão revestido com piso frio	1 (única)	70,99m <sup>2</sup>
79,99m <sup>2</sup> de área interna de acesso intenso, tais como recepção	2 (dupla)	159,98m <sup>2</sup>
6,97m <sup>2</sup> de área de sanitário	2 (dupla)	13,94m <sup>2</sup>





9,15m <sup>2</sup> de área de copa	2 (dupla)	18,30m <sup>2</sup>
<b>TOTAL</b>		<b>263,21m<sup>2</sup></b>
<b>Área envidraçada aproximada</b>	<b>Frequência semanal da realização das atividades</b>	<b>Produtividade (m<sup>2</sup>/dia)</b>
56,00m <sup>2</sup> de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	56,00m <sup>2</sup>
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>56,00m<sup>2</sup></b>

<b>CARTÓRIO ELEITORAL DE IBIRAMA – 14ª ZE</b>		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda à sexta-feira, no período vespertino, com início às 12h30 min e término às 16h30 minutos.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com esquadrias de alumínio, área interna de, aproximadamente, 192,68 m <sup>2</sup> , consoante croqui, em anexo.		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 2 (dois) servidores do quadro de pessoal do TRESC, 2 (dois) auxiliares eleitorais, 1 (um) estagiário, 1 (um) promotor e 1 (um) juiz eleitoral.		
<b>Áreas Físicas aproximadas</b>	<b>Frequência diária da realização das atividades *</b>	<b>Produtividade (m<sup>2</sup>/dia)</b>
106,86 m <sup>2</sup> de área interna mobiliada, chão revestido com piso frio	1 (única)	106,86 m <sup>2</sup>
67,94 m <sup>2</sup> de área interna de acesso intenso, tais como recepção/atendimento, circulação	2 (dupla)	135,88m <sup>2</sup>
8,57 m <sup>2</sup> de área de sanitário	2 (dupla)	17,14 m <sup>2</sup>
9,31 m <sup>2</sup> de área de copa	2 (dupla)	18,62 m <sup>2</sup>
<b>TOTAL</b>		<b>278,50 m<sup>2</sup></b>
<b>Área envidraçada aproximada</b>	<b>Frequência semanal da realização das atividades</b>	<b>Produtividade (m<sup>2</sup>/dia)</b>
58 m <sup>2</sup> de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	58 m <sup>2</sup>
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>58 m<sup>2</sup></b>

<b>CARTÓRIO ELEITORAL DE INDAIAL – 15ª ZE</b>		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda à sexta-feira, no período vespertino, com início às 12h e término às 16 horas.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com esquadrias de alumínio, área interna de, aproximadamente, 94,17m <sup>2</sup> , consoante croqui, em anexo.		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 2 (dois) servidores do quadro de pessoal do TRESC, 1 (um) promotor e 1 (um) juiz eleitoral.		
<b>Áreas Físicas aproximadas</b>	<b>Frequência diária da realização das atividades *</b>	<b>Produtividade (m<sup>2</sup>/dia)</b>
39,53m <sup>2</sup> de área interna mobiliada, chão revestido com piso frio	1 (única)	39,53m <sup>2</sup>
36,95m <sup>2</sup> de área interna de acesso intenso, tais como recepção	2 (dupla)	73,90m <sup>2</sup>
7,80m <sup>2</sup> de área de sanitário	2 (dupla)	15,66m <sup>2</sup>
9,89m <sup>2</sup> de área de copa	2 (dupla)	19,78m <sup>2</sup>
<b>TOTAL</b>		<b>148,81m<sup>2</sup></b>



Área envidraçada aproximada	Frequência semanal da realização das atividades	Produtividade (m²/dia)
94m² de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	94m²
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>94m²</b>

<b>CARTÓRIOS ELEITORAIS DE ITAJAÍ (16ª E 97ª ZES)</b>		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, sendo um no período matutino, das 8h às 12 e outro no período vespertino, das 12h às 18h.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com área interna de, aproximadamente, 459,60 m².		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 05 (cinco) servidores do quadro de pessoal do TREC, 13 (treze) auxiliares da Justiça Eleitoral, 2 (dois) promotores, 2 (dois) juízes eleitorais e 1 (um) estagiário.		
Áreas Físicas aproximadas	Frequência diária da realização das atividades	Produtividade (m²/dia)
177,88 m² de área interna mobiliada, chão revestido com piso cerâmico, arquivo, sala de reuniões e de configuração de urnas	1 (única)	177,88 m²
258,58 m² de área interna de acesso intenso, tais como atendimento/cartório/circulação	2 (dupla)	517,16 m²
23,14 m² de área de sanitário/copa	2 (dupla)	46,28 m²
<b>TOTAL</b>		<b>741,32 m²</b>
Área envidraçada aproximada	Frequência semanal da realização das atividades	Produtividade (m²/semanal)
50,46m² de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	50,46m²
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>50,46m²</b>

<b>Cartório Eleitoral de Itapema - 91ª ZE</b>		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período vespertino, com início às 12h e término às 16 horas.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel com dois pavimentos, em alvenaria, com esquadrias de alumínio, área interna de, 274,90.		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 2 (dois) servidores do quadro de pessoal do TREC, 2 (dois) auxiliares eleitorais, 4 (quatro) estagiários, 1 (um) promotor e 1 (um) juiz eleitoral.		
Áreas Físicas aproximadas	Frequência diária da realização das atividades	Produtividade (m²/dia)
133,74 m² de área interna mobiliada, chão revestido com piso cerâmico	1 (única)	133,74 m²
112,75 m² de área interna de acesso intenso, tais como atendimento/cartório/circulação	2 (dupla)	225,50 m²
28,41 m² de área de sanitário	2 (dupla)	56,82 m²
<b>TOTAL</b>		<b>416,06 m²</b>
Área envidraçada aproximada	Frequência semanal da realização das atividades	Produtividade (m²/dia)
80m² de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	25 m²
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>25 m²</b>



CARTÓRIO ELEITORAL DE ITUPORANGA – 39ª ZE		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período vespertino, com início às 12h e término às 16 horas.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com área interna privativa de, aproximadamente, 172,34 m <sup>2</sup> .		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 2 (dois) servidores do quadro de pessoal do TRESC, 1 (um) estagiário, 1 (um) promotor e 1 (um) juiz eleitoral.		
Áreas Físicas aproximadas	Frequência diária da realização das atividades	Produtividade (m <sup>2</sup> /dia)
62,20 m <sup>2</sup> de arquivo e sala de configuração de urnas	1 (única)	134,14 m <sup>2</sup>
93,94 m <sup>2</sup> de área interna de acesso intenso, tais como atendimento/cartório/circulação	2 (dupla)	187,88 m <sup>2</sup>
16,20 m <sup>2</sup> de área de sanitários e copa	2 (dupla)	32,40 m <sup>2</sup>
<b>TOTAL</b>		<b>354,42 m<sup>2</sup></b>
Área envidraçada aproximada	Frequência semanal da realização das atividades	Produtividade (m <sup>2</sup> /dia)
34,64 m <sup>2</sup> de área envidraçada	1 (única)	34,64 m <sup>2</sup>
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>34,64 m<sup>2</sup></b>

CARTÓRIOS ELEITORAIS DE JOINVILLE - 19ª, 76ª, 95ª, 96ª E 105ª ZES		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda à sexta-feira, no período vespertino, com início às 12h e término às 16 horas para dois profissionais, e início às 13h e término às 17h para um profissional.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel com três pavimentos, em alvenaria, com esquadrias de alumínio, área interna de, aproximadamente, 1.141.86m <sup>2</sup> , consoante croqui, em anexo.		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 26 (vinte e seis) servidores e auxiliares, 5 (cinco) estagiários, 5 (cinco) promotores e 5 (cinco) juízes eleitorais.		
Áreas Físicas aproximadas	Frequência diária da realização das atividades	Produtividade (m <sup>2</sup> /dia)
1.075,75m <sup>2</sup> de área interna mobiliada, chão revestido com piso cerâmico	1 (única)	1.075,75m <sup>2</sup>
35,12m <sup>2</sup> de área interna de acesso intenso, tais como recepção	2 (dupla)	70,40m <sup>2</sup>
26,64m <sup>2</sup> de área de sanitário	2 (dupla)	53,28m <sup>2</sup>
4,36m <sup>2</sup> de área de copa	2 (dupla)	8,72m <sup>2</sup>
<b>TOTAL</b>		<b>1.207,99m<sup>2</sup></b>
Área envidraçada aproximada	Frequência semanal da realização das atividades	Produtividade (m <sup>2</sup> /semanal)
116m <sup>2</sup> de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	116m <sup>2</sup>
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>116m<sup>2</sup></b>
Área externa aproximada	Frequência semanal (lavagem) da realização das atividades	Produtividade (m <sup>2</sup> /semana)



156,52 m² de área externa, coberta ou não (calçadas, garagens, sacadas, pátio com calçadas)	1 (única)	156,52 m²
---	-----------	-----------

CARTÓRIO ELEITORAL DE RIO DO SUL – 26ª E 102ª ZES		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período vespertino, com início às 12h e término às 18 horas.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com esquadrias de alumínio, área interna de, aproximadamente, 263,88m², consoante croqui, em anexo.		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 4 (quatro) servidores do quadro de pessoal do TRESC, 4 (quatro) auxiliares eleitorais, 3 (três) estagiários, 2 (dois) promotores e 2 (dois) juízes eleitorais.		
Áreas Físicas aproximadas	Frequência diária da realização das atividades *	Produtividade (m²/dia)
205,92m² de área interna mobiliada, chão revestido com piso frio	1 (única)	205,92m²
32,17m² de área interna de acesso intenso, tais como recepção	2 (dupla)	64,34m²
16,44m² de área de sanitário	2 (dupla)	32,88m²
9,35m² de área de copa	2 (dupla)	18,7m²
<b>TOTAL</b>		<b>321,84m²</b>
Área envidraçada aproximada	Frequência semanal da realização das atividades	Produtividade (m²/semana)
204m² de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	204m²
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>204m²</b>

CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL- 27ª ZE		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período vespertino, das 12h às 16h.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com área interna privativa de, aproximadamente, 204,98 m².		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 2 (dois) servidores do quadro de pessoal do TRESC, 1 (um) estagiário, 4 (quatro) auxiliares, 1 (um) promotor e 1 (um) juiz eleitoral.		
Áreas físicas aproximadas	Frequência diária da realização das atividades	Produtividade m²/dia
95,82 m² de área de configuração de urnas e arquivo	1 (única)	95,82 m²
91,92 m² de área interna de acesso intenso, tais como atendimento/cartório/circulação	2 (dupla)	183,84 m²
17,24 m² de área de sanitário/copa/área de serviços	2 (dupla)	34,48 m²
<b>TOTAL</b>		<b>314,14 m²</b>
Área envidraçada aproximada	Frequência semanal da realização das atividades	Produtividade (m²/semana)
28,15 m² de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	28,15 m²
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>28,15 m²</b>



CARTÓRIO ELEITORAL DE TAIÓ - 46ª ZE		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período vespertino, das 12h às 16h.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com área interna de, aproximadamente, 132,75m <sup>2</sup> , consoante croqui, em anexo.		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 01 (um) servidor do quadro de pessoal do TRESC, 01 (um) auxiliar da Justiça Eleitoral, 2 (dois) estagiários, 1 (um) promotor e 1 (um) juiz eleitoral.		
Áreas físicas aproximadas	Frequência diária da realização das atividades	Produtividade m <sup>2</sup> /dia
132,75m <sup>2</sup> de área interna mobiliada, chão revestido com piso cerâmico	1 (única)	132,75m <sup>2</sup>
48,89m <sup>2</sup> de área interna de acesso intenso, tais como atendimento/cartório/circulação/alpendre.	2 (dupla)	97,78m <sup>2</sup>
72,53m <sup>2</sup> de área interna do Arquivo	2 (dupla)	145,06m <sup>2</sup>
5,33m <sup>2</sup> de área de sanitário	2 (dupla)	10,66m <sup>2</sup>
<b>TOTAL</b>		<b>386,25 m<sup>2</sup></b>
Área envidraçada aproximada	Frequência semanal da realização das atividades	Produtividade (m <sup>2</sup> /semana)
92m <sup>2</sup> de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	92m <sup>2</sup>
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>92m<sup>2</sup></b>

CARTÓRIO ELEITORAL DE TROMBUDO CENTRAL - 57ª ZE		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda à sexta-feira, no período vespertino, com início às 13h e término às 17 horas.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com esquadrias de alumínio, área interna de, aproximadamente, 143,56m <sup>2</sup> , consoante croqui, em anexo.		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 2 (dois) servidores do quadro de pessoal do TRESC, 1 (um) auxiliar eleitoral, 1 (um) promotor e 1 (um) juiz eleitoral.		
Áreas Físicas aproximadas	Frequência diária da realização das atividades	Produtividade (m <sup>2</sup> /dia)
65,84 m <sup>2</sup> de área interna mobiliada com chão revestido de piso frio	1 (única)	65,84 m <sup>2</sup>
60,78 m <sup>2</sup> de área interna, com chão revestido de piso frio, de acesso intenso, tais como recepção	2 (dupla)	121,56 m <sup>2</sup>
16,94 m <sup>2</sup> de área de sanitários e copa	2 (dupla)	33,88 m <sup>2</sup>
<b>TOTAL</b>		<b>221,28 m<sup>2</sup></b>
Área envidraçada aproximada	Frequência semanal da realização das atividades	Produtividade (m <sup>2</sup> /dia)
36m <sup>2</sup> de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	36m <sup>2</sup>
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>36m<sup>2</sup></b>



CARTÓRIO ELEITORAL DE NAVEGANTES - 106ª ZE		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda à sexta-feira, no período vespertino, com início às 12h e término às 16 horas.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com área interna privativa de 303,01 m².		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 1 (um) servidor do quadro de pessoal do TRESC, 2 (dois) auxiliares, 13 (treze) estagiários, 1 (um) promotor e 1 (um) juiz eleitoral.		
Áreas Físicas aproximadas	Frequência diária da realização das atividades	Produtividade (m²/dia)
130,33 m² de área de configuração de urnas e arquivo	1 (única)	130,33 m²
152,12 m² de área interna de acesso intenso, tais como atendimento/cartório	2 (dupla)	304,24 m²
20,66 m² de área de sanitário/copa	2 (dupla)	41,32 m²
<b>TOTAL</b>		<b>475,79 m²</b>
Área envidraçada aproximada	Frequência semanal da realização das atividades	Produtividade (m²/dia)
84,86 m² de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	84,86 m²
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>84,86 m²</b>

E/OU

• REGIÃO 5:

CARTÓRIO ELEITORAL DE ANITA GARIBALDI - 52ª ZE		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período vespertino, com início às 12h e término às 16 horas.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com área interna de, aproximadamente, 114,65m².		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> Os serviços atenderão às necessidades de 1 (um) servidor do quadro de pessoal do TRESC, 1 (um) auxiliar eleitoral, 2 estagiários, 1 (um) promotor e 1 (um) juiz eleitoral.		
Áreas Físicas aproximadas	Frequência diária da realização das atividades	Produtividade (m²/dia)
45,15m² de área interna mobiliada, chão revestido com piso frio	1 (única)	45,15m²
57,72m² de área interna de acesso intenso, tais como recepção/atendimento, circulação	2 (dupla)	115,44m²
6,63m² de área de sanitário	2 (dupla)	13,26m²
5,15m² de área de copa	2 (dupla)	10,30m²
<b>TOTAL</b>		<b>184,15m²</b>
Área envidraçada aproximada	Frequência semanal da realização das atividades	Produtividade (m²/dia)
52m² de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	52m²
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>52m²</b>





CARTÓRIO ELEITORAL DE BOM RETIRO – 4ª ZE		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período vespertino, com início às 12h e término às 16 horas.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com esquadrias de alumínio, área interna de, aproximadamente, 93,80m².		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 3 (três) servidores do quadro de pessoal do TRESC, 1 (um) servidor em exercício provisório, 1 (um) auxiliar eleitoral, 2 (dois) estagiários, 1 (um) promotor e 1 (um) juiz eleitoral.		
Áreas Físicas aproximadas	Frequência diária da realização das atividades	Produtividade (m²/dia)
23,24m² de área interna mobiliada, chão revestido com piso frio	1 (única)	23,24m²
56,57m² de área interna de acesso intenso, tais como recepção	2 (dupla)	113,14m²
4,56m² de área de sanitário	2 (dupla)	9,12m²
9,43m² de área de copa	2 (dupla)	18,86m²
<b>TOTAL</b>		<b>164,36m²</b>
Área envidraçada aproximada	Frequência semanal da realização das atividades	Produtividade (m²/dia)
30m² de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	30m²
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>30m²</b>

CARTÓRIO ELEITORAL DE CAÇADOR - 06ª ZE		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período vespertino, com início às 12h e término às 16 horas.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> Cartório Eleitoral de Caçador (06ª ZE) – imóvel em alvenaria, com esquadrias de alumínio, área interna de, aproximadamente, 199,73m².		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 2 (dois) servidores do quadro de pessoal do TRESC, 1 (um) auxiliar eleitoral, 4 (quatro) estagiários, 1 (um) promotor e 1 (um) juiz eleitoral.		
Áreas Físicas aproximadas	Frequência diária da realização das atividades	Produtividade (m²/dia)
114,89m² de área interna mobiliada, chão revestido com piso frio	1 (única)	114,89m²
73,12m² de área interna de acesso intenso, tais como recepção	2 (dupla)	146,24m²
11,72m² de área de sanitário	2 (dupla)	23,44m²
12m² de área externa, coberta ou não, com piso cimentado ou cerâmico	1 (única)	12m²
<b>TOTAL</b>		<b>296,57m²</b>



Área envidraçada aproximada	Frequência semanal da realização das atividades	Produtividade (m²/dia)
32m² de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	32m²
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>32m²</b>

<b>CARTÓRIO ELEITORAL DE CAMPOS NOVOS - 7ª ZE</b>		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período vespertino, das 12h às 18h.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com área interna privativa de, aproximadamente, 217,87 m², descontadas colunas (225m² locado).		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 3 (três) servidores do quadro de pessoal do TRESC, 1 (um) estagiário, 1 (um) auxiliar, 1 (um) promotor e 1 (um) juiz eleitoral.		
Áreas Físicas aproximadas	Frequência diária da realização das atividades	Produtividade (m²/dia)
113,74 m² de arquivo e sala de múltiplo uso, sala de configuração de urnas e depósito	1 (única)	113,74 m²
89,02 m² de área interna de acesso intenso, tais como atendimento/cartório/circulação	2 (dupla)	178,04 m²
15,11 m² de área de sanitários e copa	2 (dupla)	30,22 m²
<b>TOTAL</b>		<b>322 m²</b>
Área envidraçada aproximada	Frequência semanal da realização das atividades	Produtividade (m²/dia)
70,55 m² de área envidraçada	1 (única)	70,55 m²
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>70,55 m²</b>

<b>CARTÓRIO ELEITORAL DE CAPINZAL - 37ª ZE</b>		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período vespertino, com início às 12h e término às 16 horas.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com esquadrias de alumínio, área interna de, aproximadamente, 85,63m².		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 2 (dois) servidores do quadro de pessoal do TRESC, 1 (um) auxiliar eleitoral, 1 (um) estagiário, 1 (um) promotor e 1 (um) juiz eleitoral.		
Áreas Físicas aproximadas	Frequência diária da realização das atividades	Produtividade (m²/dia)
46,82m² de área interna mobiliada, chão revestido com piso frio	1 (única)	46,82m²
25,31m² de área interna de acesso intenso, tais como recepção	2 (dupla)	50,62m²



10,32m <sup>2</sup> de área de sanitário	2 (dupla)	20,64m <sup>2</sup>
3,18m <sup>2</sup> de área de copa	2 (dupla)	6,36m <sup>2</sup>
<b>TOTAL</b>		<b>124,44m<sup>2</sup></b>
<b>Área envidraçada aproximada</b>	<b>Frequência semanal da realização das atividades</b>	<b>Produtividade (m<sup>2</sup>/dia)</b>
20m <sup>2</sup> de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	20m <sup>2</sup>
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>20m<sup>2</sup></b>

<b>CARTÓRIOS ELEITORAIS DE CONCÓRDIA - 9ª E 90ª ZES</b>		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período vespertino, com início às 12h e término às 18 horas.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com área interna de, aproximadamente, 210,80 m <sup>2</sup> .		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 4 (quatro) servidores do quadro de pessoal do TRESP, 3 (três) auxiliares eleitorais, 4 (quatro) estagiários, 2 (dois) promotores e 2 (dois) juizes eleitorais.		
<b>Áreas Físicas aproximadas</b>	<b>Frequência diária da realização das atividades</b>	<b>Produtividade (m<sup>2</sup>/dia)</b>
139,16m <sup>2</sup> de área interna mobiliada, chão revestido com piso frio	1 (única)	139,16m <sup>2</sup>
49,53m <sup>2</sup> de área interna de acesso intenso, tais como recepção	2 (dupla)	99,06m <sup>2</sup>
14,80m <sup>2</sup> de área de sanitário	2 (dupla)	29,60m <sup>2</sup>
7,31m <sup>2</sup> de área de copa	2 (dupla)	14,62m <sup>2</sup>
<b>TOTAL</b>		<b>282,44m<sup>2</sup></b>
<b>Área envidraçada aproximada</b>	<b>Frequência semanal da realização das atividades</b>	<b>Produtividade (m<sup>2</sup>/dia)</b>
175m <sup>2</sup> de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	175m <sup>2</sup>
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>175m<sup>2</sup></b>

<b>CARTÓRIO ELEITORAL DE CURITIBANOS - 11ª ZE</b>
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período vespertino, com início às 12h e término às 16 horas.
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com área interna de, aproximadamente, 190,65m <sup>2</sup> .
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 1 (um) servidor do quadro de pessoal do TRESP, 1 (um) auxiliar eleitoral, 1 (um) estagiário, 1 (um) promotor e 1 (um) juiz eleitoral.



Áreas físicas aproximadas	Frequência DIÁRIA da realização das atividades	Produtividade m²/dia
58,50m² de área interna, chão revestido com piso frio	1 (única)	58,50m²
36,19m² de área interna com mobília, chão revestido com piso vinílico	1 (única)	36,19m²
71,54m² de área interna de acesso intenso, tais como atendimento/cartório/circulação/alpendre com mobília e chão revestido com piso vinílico.	2 (dupla)	143,08m²
11,39m² de área de sanitário	2 (dupla)	22,78m²
13,03m² de área de copa	2 (dupla)	26,06m²
34,18m² de área coberta externa	1 (única)	34,18m²
<b>TOTAL</b>		<b>320,79m²</b>
Área envidraçada aproximada	Frequência SEMANAL da realização das atividades	Produtividade (m²/semana)
32,53m² de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	32,53m²
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>32,53m²</b>

CARTÓRIOS ELEITORAIS DE JOAÇABA - 18ª E 85ª ZES		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período vespertino, com início às 12h e término às 18 horas.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com área interna de, aproximadamente, 130,43 m².		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 4 (quatro) servidores do quadro de pessoal do TRESC, 4 (quatro) auxiliares eleitorais, 2 (dois) estagiários, 2 (dois) promotores e 2 (dois) juízes eleitorais nos Cartórios Eleitorais das 18ª e 85ªZE.		
Áreas Físicas aproximadas	Frequência diária da realização das atividades	Produtividade (m²/dia)
89,34m² de área interna mobiliada, chão revestido com piso frio	1 (única)	89,34m²
28m² de área interna de acesso intenso, tais como recepção	2 (dupla)	56m²
7,3m² de área de sanitário	2 (dupla)	14,6m²
5,79m² de área de copa	2 (dupla)	11,58m²
<b>TOTAL</b>		<b>171,52m²</b>
Área envidraçada aproximada	Frequência semanal da realização das atividades	Produtividade (m²/dia)
90m² de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	90m²
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>90m²</b>



CARTÓRIO ELEITORAL DE ORLEANS - 23ª ZE		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período vespertino, das 12h às 18h.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com área interna privativa de, aproximadamente, 372,22 m². (a diferença a menor de 10,83m² na produtividade se refere às paredes internas).		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 2 (dois) servidores do quadro de pessoal do TRESC, 1 (um) estagiário, 1 (um) auxiliar, 1 (um) promotor e 1 (um) juiz eleitoral.		
Áreas físicas aproximadas	Frequência DIÁRIA da realização das atividades	Produtividade m²/dia
159,64 m² de área de configuração de urnas, arquivo, banheiro do mezanino, depósito e escada interna	1 (única)	159,64 m²
176,53 m² de área interna de acesso intenso, tais como atendimento/cartório/circulação	2 (dupla)	353,06 m²
25,22 m² de área de sanitário térreo/copa	2 (dupla)	50,44 m²
<b>TOTAL</b>		<b>563,14 m²</b>
Área envidraçada aproximada	Frequência SEMANAL da realização das atividades	Produtividade (m²/semana)
60,90 m² de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	60,90 m²
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>60,90 m²</b>

CARTÓRIOS ELEITORAIS DE LAGES - 21ª, 93ª E 104ª ZES		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, sendo um no período matutino, das 8h às 12 e outro no período vespertino, das 12h às 18h.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com área interna de, aproximadamente, 528,19 m².		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 6 (seis) servidores do quadro de pessoal do TRESC, 6 (seis) auxiliares eleitorais, 6 (seis) estagiários, 3 (três) promotores e 3 (três) juízes eleitorais.		
Áreas Físicas aproximadas	Frequência diária da realização das atividades	Produtividade (m²/dia)
178,27 m² de área interna, chão revestido com piso cerâmico, arquivo, espaço multiuso e hall do primeiro andar	1 (única)	178,27m²
281,56 m² de área interna de acesso intenso, tais como atendimento/cartório/circulação	2 (dupla)	563,12 m²
58,36 m² de área de sanitário/copa	2 (dupla)	116,72 m²
<b>TOTAL</b>		<b>858,11 m²</b>
Área envidraçada aproximada	Frequência semanal da realização das atividades	Produtividade (m²/dia)
71,11 m² de área envidraçada (Faces interna e externa)	1 (única)	71,11m²



<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>	<b>71,11m<sup>2</sup></b>
----------------------------------	---------------------------

<b>CARTÓRIO ELEITORAL DE SANTA CECÍLIA - 51ª ZE</b>		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período vespertino, com início às 12h e término às 16 horas.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com área interna de, aproximadamente, 161,21m <sup>2</sup> .		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 2 (dois) servidores do quadro de pessoal do TRESC, 1 (um) auxiliar eleitoral, 1 (um) estagiário, 1 (um) promotor e 1 (um) juiz eleitoral.		
<b>Áreas Físicas aproximadas</b>	<b>Frequência diária da realização das atividades</b>	<b>Produtividade (m<sup>2</sup>/dia)</b>
69,74m <sup>2</sup> de área interna mobiliada, chão revestido com piso frio	1 (única)	69,74m <sup>2</sup>
75,03m <sup>2</sup> de área interna de acesso intenso, tais como recepção/atendimento, circulação	2 (dupla)	150,06m <sup>2</sup>
9m <sup>2</sup> de área de sanitário	2 (dupla)	18m <sup>2</sup>
7,44m <sup>2</sup> de área de copa	2 (dupla)	14,88m <sup>2</sup>
<b>TOTAL</b>		<b>252,68m<sup>2</sup></b>
<b>Área envidraçada aproximada</b>	<b>Frequência semanal da realização das atividades</b>	<b>Produtividade (m<sup>2</sup>/dia)</b>
110m <sup>2</sup> de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	110m <sup>2</sup>
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>110m<sup>2</sup></b>

<b>CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO JOAQUIM - 28ª ZE</b>		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período vespertino, com início às 12h e término às 18 horas.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com área interna privativa de, aproximadamente, 329,64 m <sup>2</sup> .		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 2 (dois) servidores do quadro de pessoal do TRESC, 1 (um) estagiário e 1 (um) promotor e 1 (um) juiz eleitoral.		
<b>Áreas Físicas aproximadas</b>	<b>Frequência diária da realização das atividades</b>	<b>Produtividade (m<sup>2</sup>/dia)</b>
180,30 m <sup>2</sup> de área de configuração de urnas e arquivo	1 (única)	180,30m <sup>2</sup>
123,81 m <sup>2</sup> de área interna de acesso intenso, tais como atendimento/cartório/circulação	2 (dupla)	247,62m <sup>2</sup>
25,53 m <sup>2</sup> de área de sanitário/copa/área de serviços	2 (dupla)	51,06m <sup>2</sup>
<b>TOTAL</b>		<b>478,98m<sup>2</sup></b>





Área envidraçada aproximada	Frequência semanal da realização das atividades	Produtividade (m²/dia)
88,28 m² de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	88,28m²
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>88,28m²</b>

<b>CARTÓRIO ELEITORAL DE TANGARÁ - 47ª ZE</b>		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período vespertino, com início às 12h e término às 16 horas.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com área interna de, aproximadamente, 56,96 m².		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 2 (dois) servidores do quadro de pessoal do TRESC, 1 (um) auxiliar eleitoral, 1 (um) estagiário, 1 (um) promotor e 1 (um) juiz eleitoral.		
Áreas Físicas aproximadas	Frequência diária da realização das atividades	Produtividade (m²/dia)
8,77m² de área interna mobiliada, chão revestido com piso frio	1 (única)	8,77m²
84,61m² de área interna de acesso intenso, tais como recepção	2 (dupla)	169,22m²
4,75m² de área de sanitário	2 (dupla)	9,5m²
2,09m² de área de copa	2 (dupla)	4,18m²
<b>TOTAL</b>		<b>191,67m²</b>
Área envidraçada aproximada	Frequência semanal da realização das atividades	Produtividade (m²/dia)
34m² de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	34m²
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>34m²</b>

<b>CARTÓRIO ELEITORAL DE VIDEIRA - 36ª ZE</b>		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período vespertino, com início às 12h e término às 16 horas.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com área interna privativa de, aproximadamente, 200,83 m². (a diferença a menor de 14,53 m² na produtividade se refere às paredes internas e pilares).		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 3 (três) servidores do quadro de pessoal do TRESC, 1 (um) estagiário, 5 (cinco) auxiliares eleitorais, 1 (um) promotor e 1 (um) juiz eleitoral		
Áreas Físicas aproximadas	Frequência diária da realização das atividades *	Produtividade (m²/dia)
76,89 m² de arquivo, sala de reunião e de configuração de urnas, depósito e circulação	1 (única)	76,89 m²



97,49 m <sup>2</sup> de área interna de acesso intenso, tais como atendimento/cartório	2 (dupla)	194,98 m <sup>2</sup>
11,92 m <sup>2</sup> de área de sanitário/copa	2 (dupla)	23,84 m <sup>2</sup>
<b>TOTAL</b>		<b>295,71 m<sup>2</sup></b>
<b>Área envidraçada aproximada</b>	<b>Frequência semanal da realização das atividades</b>	<b>Produtividade (m<sup>2</sup>/dia)</b>
25 m <sup>2</sup> de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	25m <sup>2</sup>
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>25m<sup>2</sup></b>

E/OU

• REGIÃO 6:

<b>CARTÓRIO ELEITORAL DE ABELARDO LUZ – 71ª ZE</b>		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período vespertino, com início às 12h e término às 16 horas.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com área interna de, aproximadamente, 107m <sup>2</sup> , aproximadamente, consoante croqui, em anexo.		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 2 (dois) servidores do quadro de pessoal do TRESC, 1 (um) estagiário, 1 (um) promotor e 1 (um) juiz eleitoral.		
<b>Áreas Físicas aproximadas</b>	<b>Frequência diária da realização das atividades *</b>	<b>Produtividade (m<sup>2</sup>/dia)</b>
65,60m <sup>2</sup> de área interna mobiliada, chão revestido com piso frio	1 (única)	65,60m <sup>2</sup>
28,33m <sup>2</sup> de área interna de acesso intenso, tais como recepção/atendimento, circulação	2 (dupla)	56,66m <sup>2</sup>
3,75m <sup>2</sup> de área de sanitário	2 (dupla)	7,5m <sup>2</sup>
10m <sup>2</sup> de área de copa	2 (dupla)	20m <sup>2</sup>
10m <sup>2</sup> de área externa, coberta ou não, com piso cimentado ou cerâmico	1 (única)	10m <sup>2</sup>
<b>TOTAL</b>		<b>159,76m<sup>2</sup></b>
<b>Área envidraçada aproximada</b>	<b>Frequência semanal da realização das atividades</b>	<b>Produtividade (m<sup>2</sup>/dia)</b>
72m <sup>2</sup> de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	72m <sup>2</sup>
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>72m<sup>2</sup></b>

<b>CARTÓRIO ELEITORAL DE CAMPO ERÊ - 69ª ZE</b>
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período vespertino, com início às 12h e término às 16 horas.
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> Cartório Eleitoral de Campo Erê (69ªZE) – imóvel em alvenaria, com área interna de, aproximadamente, 129,02m <sup>2</sup> , consoante croqui, em anexo.
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 1 (um) servidor do quadro de pessoal do TRESC, 1 (um) auxiliar eleitoral, 1 (um) promotor e 1 (um) juiz eleitoral.



Áreas Físicas aproximadas	Frequência diária da realização das atividades	Produtividade (m²/dia)
71,27m² de área interna mobiliada, chão revestido com piso frio	1 (única)	71,27m²
51,61m² de área interna de acesso intenso, tais como recepção/atendimento, circulação	2 (dupla)	103,22m²
6,14m² de área de sanitário	2 (dupla)	12,28m²
<b>TOTAL</b>		<b>186,77m²</b>
Área envidraçada aproximada	Frequência semanal da realização das atividades	Produtividade (m²/dia)
52m² de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	52m²
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>52,00m²</b>

CARTÓRIOS ELEITORAIS DE CHAPECÓ - 35ª E 94ª ZES		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período vespertino, com início às 12 horas e término às 18 horas.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com área interna de, aproximadamente, 612,09m²		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 5 (cinco) servidores do quadro de pessoal do TRESC, 2 (dois) estagiários, 8 (oito) auxiliares eleitorais, 2 (dois) promotores e 2 (dois) juízes eleitorais.		
Áreas físicas aproximadas	Frequência diária da realização das atividades	Produtividade m²/dia
590,48m² de área interna mobiliada, chão revestido com piso cerâmico	1 (única)	590,48m²
21,61m² de área de sanitário e copa	1 (única))	21,61m²
<b>TOTAL</b>		<b>590,48 m²</b>
Área envidraçada aproximada	Frequência semanal da realização das atividades	Produtividade (m²/semana)
254m² de área envidraçada (contempladas as faces interna e externa)	1 (única)	254m²* *Não inclui a área envidraçada localizada em local com pé direito duplo
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>254m²</b>
Área envidraçada aproximada em local com pé direito duplo	Frequência mensal da realização das atividades	Produtividade (m²/MENSAL)
73,26m² área envidraçada localizada em local com pé direito duplo (contempladas as faces interna e externa)*	1 (única)	73,26m²
<b>*Exige utilização de escada alta</b>		
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA EM LOCAL COM PÉ DIREITO DUPLO</b>		<b>73,26m²</b>



CARTÓRIO ELEITORAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA – 50ª ZE		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período vespertino, com início às 12h e término às 16 horas.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com área interna privativa de, aproximadamente, 257m².		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 2 (dois) servidores do quadro de pessoal do TRESC, 3 (três) estagiários, 1(um) auxiliar eleitoral, 1 (um) promotor e 1 (um) juiz eleitoral.		
Áreas Físicas aproximadas	Frequência diária da realização das atividades	Produtividade (m²/dia)
122,34 m² de arquivo, configuração de urnas, copa e banheiro do andar de cima e escada	1 (única)	122,34 m²
125,99 m² de área interna de acesso intenso, tais como atendimento/cartório/circulação	2 (dupla)	251,98 m²
8,67 m² de área de sanitário/copa	2 (dupla)	17,34 m²
<b>TOTAL</b>		<b>391,66 m²</b>
Área envidraçada aproximada	Frequência semanal da realização das atividades	Produtividade (m²/dia)
20 m² de área envidraçada (faces interna e externa)		20 m²
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>20 m²</b>

CARTÓRIO ELEITORAL DE FRAIBURGO - 77ª ZE		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período vespertino, com início às 12h e término às 16 horas.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com área interna de, aproximadamente, 273,85m².		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 02 (dois) servidores do quadro de pessoal do TRESC, 04 (quatro) auxiliares da Justiça Eleitoral, 1 (um) estagiário, 1 (um) promotor e 1 (um) juiz eleitoral.		
Áreas físicas aproximadas	Frequência diária da realização das atividades	Produtividade m²/dia
135,43m² de área interna mobiliada, chão revestido com piso cerâmico	1 (única)	135,43m²
65,57m² de área interna de acesso intenso, tais como atendimento/cartório/circulação/alpendre.	2 (dupla)	131,14m²
67,00m² de área interna do Arquivo	2 (dupla)	134,00m²
5,85m² de área de sanitário	2 (dupla)	11,70m²
<b>TOTAL</b>		<b>412,27 m²</b>
Área envidraçada aproximada	Frequência semanal da realização das atividades	Produtividade (m²/semana)
60,56m² de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	60,56m²
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>60,56m²</b>



CARTÓRIO ELEITORAL DE ITAPIRANGA – 65ªZE		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período vespertino, das 12h às 16h.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com área interna privativa de, 158,40 m².		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 3 (três) servidores do quadro de pessoal do TRESC, 1 (um) estagiário, 1 (um) promotor e 1 (um) juiz eleitoral.		
Áreas físicas aproximadas	Frequência diária da realização das atividades	Produtividade m²/dia
72,22 m² de área de configuração de urnas e arquivo	1 (única)	72,22 m²
68,60 m² de área interna de acesso intenso, tais como atendimento/cartório	2 (dupla)	137,20 m²
17,58 m² de área de sanitário/copa	2 (dupla)	35,16 m²
<b>TOTAL</b>		<b>244,58 m²</b>
Área envidraçada aproximada	Frequência semanal da realização das atividades	Produtividade (m²/semana)
30,00 m² de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	30,00 m²
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>30,00 m²</b>

CARTÓRIO ELEITORAL DE MARAVILHA - 58ª ZE		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período vespertino, das 12h às 16h.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com área interna de, aproximadamente, 160,11m², consoante croqui, em anexo.		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 02 (dois) servidores do quadro de pessoal do TRESC, 01 (um) auxiliar da Justiça Eleitoral, 01 (um) estagiário, 1 (um) promotor e 1 (um) juiz eleitoral.		
Áreas físicas aproximadas	Frequência DIÁRIA da realização das atividades	Produtividade m²/dia
160,11m² de área interna mobiliada, chão revestido com piso cerâmico	1 (única)	154,11m²
68,84m² de área interna de acesso intenso, tais como atendimento/cartório/circulação/alpendre.	2 (dupla)	137,68²
18,48m² de área interna do Arquivo	2 (dupla)	36,96m²
4,95m² de área de sanitário	2 (dupla)	9,90m²
<b>TOTAL</b>		<b>338,65 m²</b>
Área envidraçada aproximada	Frequência SEMANAL da realização das atividades	Produtividade (m²/semana)
67,17m² de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	67,17m²
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>67,17m²</b>



CARTÓRIO ELEITORAL DE MODELO - 83ª ZE		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período vespertino, das 12h às 16h.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com área interna privativa de, 165 m².		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 2 (dois) servidores do quadro de pessoal do TRESC, 1 (um) auxiliar eleitoral, 3 (três) estagiários, 1 (um) promotor e 1 (um) juiz eleitoral.		
Áreas físicas aproximadas	Frequência diária da realização das atividades	Produtividade m²/dia
56,51 m² de área de configuração de urnas e arquivo/corredor	1 (única)	56,51 m²
81,49 m² de área interna de acesso intenso, tais como atendimento/cartório	2 (dupla)	162,98 m²
27 m² de área de sanitário/copa/área de serviços	2 (dupla)	54 m²
<b>TOTAL</b>		<b>273,49m²</b>
Área envidraçada aproximada	Frequência semanal da realização das atividades	Produtividade (m²/semana)
30,00 m² de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	30,00 m²
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>30,00 m²</b>

CARTÓRIO ELEITORAL DE PALMITOS – 41ª ZE		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período vespertino, com início às 12h e término às 16 horas.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com área interna de, aproximadamente, 194,96m².		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 2 (dois) servidores do quadro de pessoal do TRESC, 1 (um) estagiário, 1 (um) promotor e 1 (um) juiz eleitoral.		
Áreas físicas aproximadas	Frequência diária da realização das atividades	Produtividade m²/dia
96,37m² de área interna subsolo, chão revestido com piso frio	1 (única)	96,37m²
98,59m² de área interna de acesso intenso, tais como atendimento/cartório/circulação/alpendre com mobília e chão revestido com piso frio.	2 (dupla)	197,18m²
7,34m² de área de sanitário	2 (dupla)	14,68m²
9,40m² de área de copa	2 (dupla)	18,80m²
<b>TOTAL</b>		<b>327,03m²</b>
Área envidraçada aproximada	Frequência semanal da realização das atividades	Produtividade (m²/semana)
23,97m² de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	23,97m²
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>23,97m²</b>



CARTÓRIO ELEITORAL DE PINHALZINHO - 66ª ZE		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período vespertino, com início às 12 horas e término às 16 horas.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com área interna de, aproximadamente, 154,11m <sup>2</sup> , consoante croqui, em anexo.		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 02 (dois) servidores do quadro de pessoal do TRESC, 01 (um) auxiliar da Justiça Eleitoral, 01 (um) estagiário, 1 (um) promotor e 1 (um) juiz eleitoral.		
Áreas físicas aproximadas	Frequência diária da realização das atividades	Produtividade m <sup>2</sup> /dia
154,11m <sup>2</sup> de área interna mobiliada, chão revestido com piso cerâmico	1 (única)	154,11m <sup>2</sup>
60,30m <sup>2</sup> de área interna de acesso intenso, tais como atendimento/cartório/circulação/alpendre.	2 (dupla)	120,60m <sup>2</sup>
16,75m <sup>2</sup> de área interna do Arquivo	2 (dupla)	33,50m <sup>2</sup>
9,52m <sup>2</sup> de área de sanitário	2 (dupla)	19,04m <sup>2</sup>
<b>TOTAL</b>		<b>327,25 m<sup>2</sup></b>
Área envidraçada aproximada	Frequência semanal da realização das atividades	Produtividade (m <sup>2</sup> /semana)
35,16m <sup>2</sup> de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	35,16m <sup>2</sup>
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>35,16m<sup>2</sup></b>

CARTÓRIO ELEITORAL DE PONTE SERRADA - 63ªZE		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período vespertino, com início às 12h e término às 16 horas.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com área interna de, aproximadamente, 95,05m <sup>2</sup> , consoante croqui anexo.		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 2 (dois) servidores do quadro de pessoal do TRESC, 1 (um) auxiliar eleitoral, 1 (um) estagiário, 1 (um) promotor e 1 (um) juiz eleitoral.		
Áreas Físicas aproximadas	Frequência diária da realização das atividades	Produtividade (m <sup>2</sup> /dia)
53,25m <sup>2</sup> de área interna mobiliada, chão revestido com piso frio	1 (única)	53,25m <sup>2</sup>
28,83m <sup>2</sup> de área interna de acesso intenso, tais como recepção/atendimento, circulação	2 (dupla)	57,66m <sup>2</sup>
5,78m <sup>2</sup> de área de sanitário	2 (dupla)	11,56m <sup>2</sup>
7,19m <sup>2</sup> de área de copa	2 (dupla)	14,38m <sup>2</sup>
<b>TOTAL</b>		<b>136,85m<sup>2</sup></b>
Área envidraçada aproximada	Frequência semanal da realização das atividades	1 Produtividade (m <sup>2</sup> /dia)
38m <sup>2</sup> de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	38m <sup>2</sup>
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>38m<sup>2</sup></b>





CARTÓRIO ELEITORAL DE QUILOMBO – 78ª ZE		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período vespertino, com início às 12h e término às 16 horas.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com área interna de, aproximadamente, 57,99m <sup>2</sup> , consoante croqui, em anexo.		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> Os serviços atenderão às necessidades de 2 (dois) servidores do quadro de pessoal do TRESC, 1 (um) auxiliar eleitoral, 1 (um) promotor e 1 (um) juiz eleitoral.		
Áreas Físicas aproximadas	Frequência diária da realização das atividades	Produtividade (m <sup>2</sup> /dia)
26,11m <sup>2</sup> de área interna mobiliada, chão revestido com piso frio	1 (única)	26,11m <sup>2</sup>
23,79m <sup>2</sup> de área interna de acesso intenso, tais como recepção/atendimento, circulação	2 (dupla)	47,58m <sup>2</sup>
6,49m <sup>2</sup> de área de sanitário	2 (dupla)	12,98m <sup>2</sup>
1,60m <sup>2</sup> de área de copa	2 (dupla)	3,20m <sup>2</sup>
4,80m <sup>2</sup> de área externa	1 (única)	4,80m <sup>2</sup>
<b>TOTAL</b>		<b>94,67m<sup>2</sup></b>
Área envidraçada aproximada	Frequência semanal da realização das atividades	Produtividade (m <sup>2</sup> /dia)
26m <sup>2</sup> de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	26m <sup>2</sup>
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>26m<sup>2</sup></b>

CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO CARLOS – 70ª ZE		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período vespertino, com início às 12h e término às 16 horas.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com área interna privativa de, aproximadamente, 260m <sup>2</sup> .		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 2 (dois) servidores do quadro de pessoal do TRESC, 1 (um) estagiário, 1 (um) promotor e 1 (um) juiz eleitoral.		
Áreas físicas aproximadas	Frequência diária da realização das atividades	Produtividade m <sup>2</sup> /dia
134,14 m <sup>2</sup> de arquivo e sala de configuração de urnas e copa	1 (única)	134,14 m <sup>2</sup>
118,11 m <sup>2</sup> de área interna de acesso intenso, tais como atendimento/cartório/sala reunião/circulação	2 (dupla)	236,22 m <sup>2</sup>
7,75 m <sup>2</sup> de área de sanitários	2 (dupla)	15,50 m <sup>2</sup>
<b>TOTAL</b>		<b>385,86 m<sup>2</sup></b>
Área envidraçada aproximada	Frequência semanal da realização das atividades	Produtividade (m <sup>2</sup> /semana)
112m <sup>2</sup> de área envidraçada	1 (única)	112 m <sup>2</sup>
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>112 m<sup>2</sup></b>



CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – 49ª ZE		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período vespertino, com início às 12h e término às 16 horas.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com área interna privativa de, aproximadamente, 224,50m².		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 2 (dois) servidores do quadro de pessoal do TRESC, 2 (dois) estagiários, 2 (dois) auxiliares eleitorais, 1 (um) promotor e 1 (um) juiz eleitoral.		
Áreas Físicas aproximadas	Frequência diária da realização das atividades	Produtividade (m²/dia)
67,55 m² de arquivo e sala de configuração de urnas	1 (única)	67,55 m²
139,71 m² de área interna de acesso intenso, tais como atendimento/cartório	2 (dupla)	279,42 m²
17,24m² de área de sanitário/copa	2 (dupla)	34,64 m²
<b>TOTAL</b>		<b>381,61 m²</b>
Área envidraçada aproximada	Frequência semanal da realização das atividades	Produtividade (m²/dia)
30m² de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	30 m²
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>30 m²</b>

CARTÓRIOS ELEITORAIS DE SÃO MIGUEL DO OESTE - 45ª E 82ª ZES		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período vespertino, com início às 12h e término às 16 horas.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com área interna de, aproximadamente, 153,10m², consoante layout, em anexo.		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 02 (dois) servidores do quadro de pessoal do TRESC, 03 (três) auxiliares da Justiça Eleitoral, 01 (um) estagiário, 1 (um) promotor e 1 (um) juiz eleitoral.		
Áreas físicas aproximadas	Frequência diária da realização das atividades	Produtividade m²/dia
48,87m² de área interna mobiliada, chão revestido com piso cerâmico, tais como arquivo e sala de reuniões.	1 (única)	48,87m²
80,97m² de área interna de acesso intenso, tais como atendimento/cartório/circulação.	2 (dupla)	161,94²
6,82m² de área interna de copa	2 (dupla)	13,64m²
4,02m² de área de sanitário	2 (dupla)	8,04m²
<b>TOTAL</b>		<b>232,49 m²</b>
Área envidraçada aproximada	Frequência semanal da realização das atividades	Produtividade (m²/semana)
15,75m² de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	15,75m²
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>15,75m²</b>



CARTÓRIO ELEITORAL DE SEARA - 61ª ZE		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período vespertino, das 12h às 16h.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com área interna de, aproximadamente, 221,23 m <sup>2</sup> , consoante croqui, em anexo.		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 02 (dois) servidores do quadro de pessoal do TRESC, 01 (um) auxiliar da Justiça Eleitoral, 1 (um) promotor e 1 (um) juiz eleitoral.		
Áreas físicas aproximadas	Frequência diária da realização das atividades	Produtividade m <sup>2</sup> /dia
119,72m <sup>2</sup> de área interna mobiliada, chão revestido com piso cerâmico, arquivo e sala de reuniões	1 (única)	119,72m <sup>2</sup>
65,97m <sup>2</sup> de área interna de acesso intenso, tais como atendimento/cartório/circulação/alpendre	2 (dupla)	220,91m <sup>2</sup>
12,53m <sup>2</sup> de área de sanitário/copa	2 (dupla)	25,06m <sup>2</sup>
<b>TOTAL</b>		<b>365,69 m<sup>2</sup></b>
Área envidraçada aproximada	Frequência semanal da realização das atividades	Produtividade (m <sup>2</sup> /semana)
60m <sup>2</sup> de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	60m <sup>2</sup>
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>60m<sup>2</sup></b>

CARTÓRIO ELEITORAL DE XANXERÊ – 43ª ZE		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período vespertino, com início às 12h e término às 16 horas.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com área interna de, aproximadamente, 198,41m <sup>2</sup> , consoante croqui anexo.		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> Os serviços atenderão às necessidades de 2 (dois) servidores do quadro de pessoal do TRESC, 2 (dois) estagiários, 1 (um) promotor e 1 (um) juiz eleitoral.		
Áreas Físicas aproximadas	Frequência diária da realização das atividades	Produtividade (m <sup>2</sup> /dia)
136,67m <sup>2</sup> de área interna mobiliada, chão revestido com piso frio	1 (única)	136,67m <sup>2</sup>
54,15m <sup>2</sup> de área interna de acesso intenso, tais como recepção	2 (dupla)	108,30m <sup>2</sup>
2,42m <sup>2</sup> de área de sanitário	2 (dupla)	4,84m <sup>2</sup>
5,17m <sup>2</sup> de área de copa	2 (dupla)	10,34m <sup>2</sup>
<b>TOTAL</b>		<b>260,15m<sup>2</sup></b>
Área envidraçada aproximada	Frequência semanal da realização das atividades	Produtividade (m <sup>2</sup> /dia)
74m <sup>2</sup> de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	74m <sup>2</sup>
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>74m<sup>2</sup></b>



CARTÓRIO ELEITORAL DE XAXIM – 48ª ZE		
<b>Horário de prestação dos serviços:</b> a prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período vespertino, com início às 12h e término às 16 horas.		
<b>Características do local de realização dos serviços:</b> imóvel em alvenaria, com área interna de, aproximadamente, 155,92m <sup>2</sup> , consoante croqui anexo.		
<b>Outros elementos a serem considerados:</b> os serviços atenderão às necessidades de 2 (dois) servidores do quadro de pessoal do TRESC, 1 (um) auxiliar eleitoral, 1 (um) estagiário, 1 (um) promotor e 1 (um) juiz eleitoral.		
Áreas Físicas aproximadas	Frequência diária da realização das atividades	Produtividade (m <sup>2</sup> /dia)
84,20m <sup>2</sup> de área interna mobiliada, chão revestido com piso frio	1 (única)	84,20m <sup>2</sup>
57m <sup>2</sup> de área interna de acesso intenso, tais como recepção/atendimento, circulação	2 (dupla)	114m <sup>2</sup>
8,51m <sup>2</sup> de área de sanitário	2 (dupla)	17,02m <sup>2</sup>
6,21m <sup>2</sup> de área de copa	2 (dupla)	12,42m <sup>2</sup>
<b>TOTAL</b>		<b>227,64m<sup>2</sup></b>
Área envidraçada aproximada	Frequência semanal da realização das atividades	Produtividade (m <sup>2</sup> /dia)
44m <sup>2</sup> de área envidraçada (faces interna e externa)	1 (única)	44m <sup>2</sup>
<b>TOTAL DE ÁREA ENVIDRAÇADA</b>		<b>44m<sup>2</sup></b>

1.4. Os serviços serão considerados executados com a qualidade mínima exigida desde que atendam, NO QUE COUBER, à seguinte Rotina de Execução dos Serviços e Metodologia de Execução:

DIARIAMENTE
a. remover com pano úmido o pó das mesas, dos armários, dos arquivos, das prateleiras, persianas, peitoris, caixilhos das janelas, bem como dos demais móveis e equipamentos existentes, inclusive dos extintores de incêndio, livros etc.;
b. remover os capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza e aspirando o pó;
c. limpar adequadamente os estofados de couro, courvim, tecido e outros;
d. varrer e lavar o piso (vinílico, de mármore, cerâmico, de marmorite ou emborrachado) de todas as áreas internas;
e. Proceder à manutenção da limpeza dos pisos das áreas de acesso intenso, mediante repetição das etapas de varrição e lavação;
f. limpar os pisos acarpetados, incluindo a aspiração do pó;
g. lavar com saneantes domissanitários desinfetante os pisos, as pias e os vasos dos sanitários;
h. lavar com saneantes domissanitários o piso das copas;
i. passar pano úmido com álcool nos tampos das mesas, balcões e pias das copas;
j. limpar e desinfetar os aparelhos telefônicos;
k. repor o papel toalha, papel higiênico e sabonetes, que serão fornecidos pelo TRESC, nos banheiros;
l. repor o papel toalha nas copas e os copos descartáveis nos suportes específicos;
m. limpar e polir objetos metálicos;



n. limpar as cestas coletoras de lixo, retirando o lixo sempre que este ultrapassar 2/3 do recipiente, acondicionando-o em sacos plásticos, observada a forma imposta pelo Órgão Municipal responsável pelo seu recolhimento;
o. proceder à coleta seletiva de materiais para reciclagem, com observância das normas ambientais vigentes e da política socioambiental do Órgão;
p. varrer o piso/calçada das áreas externas (onde houver);
q. limpar os corrimãos e escadarias (onde houver); e
r. limpar sujidades decorrentes de pequenos acidentes, como, por exemplo, derrame de água, café ou outros, atendendo às solicitações, no prazo máximo de 15 minutos.
<b>SEMANALMENTE</b>
s. proceder à limpeza geral dos banheiros e copas, inclusive das paredes azulejadas e dos balcões;
t. proceder à limpeza geral de prateleiras e estantes;
u. limpar as portas e maçanetas com produtos adequados;
v. proceder à limpeza atrás dos móveis;
w. limpar os pisos, utilizando produtos próprios para tratamento especial de impermeabilização
x. varrer e lavar o piso/chão das áreas externas do prédio; e
y. limpar as faces internas e externas dos vidros.
z. limpar os tetos e as paredes internas, bem como as luminárias;
aa. limpar as cortinas e persianas com os equipamentos e acessórios adequados.

#### 1.5. Dos serviços adicionais:

1.5.1. Diante de uma **eventual** demanda, superior à demanda prevista, que implique a necessidade de envolvimento de maior número de profissionais e/ou maior número de horas para sua execução, o Contratante poderá solicitar a prestação de **serviços adicionais**, na forma de **Pacote de serviços adicionais**, conforme tabela a seguir:

<b>Pacote de Serviços Adicionais</b>	<b>Produtividade correspondente a 1 (um) pacote de serviço adicional</b>
Manutenção da Limpeza	Coleta de lixos, limpeza de sujidades acidentais e manutenção da limpeza do piso

1.5.2. O **Pacote de serviços adicionais** refere-se à produtividade de 01 (um) profissional durante 01 (uma) hora, para realização de manutenção de limpeza dos ambientes (coleta de lixos, limpeza de sujidades acidentais, manutenção da limpeza do piso ou banheiro, entre outros).

1.5.3. O Contratante poderá solicitar um ou mais pacotes de serviços adicionais para um único dia, no entanto, informará com antecedência, os seus horários de execução.

1.5.4. Os pacotes de serviços adicionais serão requisitados à Contratada pela gestão do contrato, com antecedência mínima de 02 (duas) horas e poderão ser realizados em dias úteis, sábados, domingos e feriados.

#### 1.6. Da disponibilização de materiais, utensílios e equipamentos:

1.6.1. Os materiais e demais acessórios de limpeza disponibilizados ao TRESC deverão ser de 1ª linha, em quantidade suficiente para suprir as necessidades de limpeza (sacos de lixo, desinfetantes, detergentes, produtos adequados para limpeza dos pisos, álcool, panos, baldes, rodos, pá articulada etc.).

1.6.2. O TRE-SC poderá valer-se de conhecimentos técnicos de terceiros, servidores públicos ou não, inclusive de parâmetros do INMETRO, para atestar a qualidade do material utilizado.

1.6.3. Os equipamentos e utensílios a serem utilizados na execução dos serviços deverão ser fornecidos no início do contrato, compreendendo, no mínimo, a disponibilização de 1 (um) aspirador de pó e 1 (uma) escada articulada, além de outros que se mostrarem necessários à realização das atividades, como, por exemplo, lavadora de alta pressão e mangueira para lavagem de área externa.



1.6.4. Ficará a cargo da Contratada a manutenção e a devida substituição dos equipamentos e utensílios que apresentarem defeito ou não estiverem atendendo à demanda.

1.6.5. O material de limpeza deverá ser disponibilizado no primeiro dia da prestação dos serviços e, mensalmente, até o quinto dia útil de cada mês, em quantidade suficiente para suprir as necessidades de limpeza do mês, devendo haver complementação posterior, se houver necessidade.

1.6.6. O fornecimento pela Contratada deverá obedecer às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

1.6.7. Deverá ser fornecido sabão em barra à base de coco ou isento de fósforo. No caso de inexistência do produto no mercado, será obrigatória a apresentação de comprovação de teor que respeite o limite máximo de concentração de fósforo, consoante Resolução CONAMA n. 359/2005.

1.6.8. Os produtos fornecidos não deverão conter substâncias agressivas à camada de ozônio, conforme Resolução CONAMA n. 340/2003.

1.6.9. O excesso de embalagens que resulta em resíduos sem aproveitamento deverá ser evitado, optando-se, sempre que possível, pelo fornecimento de produtos com comercialização refil.

1.6.10. Os produtos fornecidos deverão ser fabricados com tensoativos biodegradáveis e, sempre que possível, com matérias primas de origem vegetal e não poluente (100% biodegradáveis).

#### PARÁGRAFO ÚNICO

A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições do Pregão n. 033/2023, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, além das obrigações assumidas na proposta apresentada pela Contratada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, por meio do Sistema COMPRAS.GOV.BR, e dirigida ao Contratante, contendo o preço do objeto que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar dos serviços deste Contrato, no que não o contrariem.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. Observado o disposto na subcláusula 6.1.4, o Contratante pagará à Contratada, pela prestação dos serviços objeto deste Contrato, descritos na subcláusula 1.1, o valor mensal de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme detalhado na subcláusula 1.2.

2.1.1. Os valores das horas dos pacotes de serviços adicionais, para cada caso, estão relacionados na subcláusula 1.2.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR ANUAL ESTIMADO

3.1. O presente Contrato tem como valor anual estimado a importância de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), considerando-se o somatório das mensalidades de todos os Cartórios Eleitorais que o compõem e de 1 (um) pacote de serviço adicional por profissional alocado em cada um deles, multiplicado por 12 (doze) meses.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. O presente Contrato terá vigência de a partir da data da sua assinatura até 31/07/2024, podendo ser prorrogado até o limite de 10 (dez) anos, nos termos da Lei n. 14.133/2021.

4.1.1. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal da Contratada, consultará o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, emitirá as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas, as quais serão juntadas aos autos do respectivo processo.

4.1.2. A prestação dos serviços deverá ser iniciada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento, pela Contratada, da autorização emitida pela Seção de Apoio Administrativo do Contratante.

4.2. Os custos não renováveis, caso existentes, já pagos ou amortizados no primeiro ano de vigência deste Contrato, deverão ser excluídos do valor mensal devido à Contratada como condição para a prorrogação, cabendo ao Gestor do Contrato ou ao setor requisitante trazer aos autos do procedimento



administrativo respectivo, para processamento, tal informação quando da manifestação favorável à tal prorrogação.

4.3. Caso a proposta da Contratada apresente eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos que a favoreça, o pagamento será realizado seguindo estritamente as regras contratuais dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea “b” do inciso I do art. 124 da Lei n. 14.133/2021.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO

5.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 124 da Lei n. 14.133/2021.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será feito em favor da Contratada, mensalmente, mediante depósito bancário, **após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura**, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

6.1.1. O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços.

6.1.2. O recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa.

6.1.3. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

6.1.4. Os valores referentes às provisões trabalhistas relativas a férias, 1/3 constitucional, 13º salário, multa do FGTS por dispensa sem justa causa e incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário serão destacados do valor mensal do contrato e depositados em conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação – aberta em nome da Contratada, unicamente para essa finalidade, e com movimentação somente por ordem do TRE-SC, conforme Resolução CNJ n. 169/2013, observado o seguinte:

a) os procedimentos para a glosa das provisões serão os descritos na Resolução CNJ n. 169/2013;

b) os percentuais das provisões, para fins de retenção, são os constantes da Planilha de Custos e Formação de Preços de que trata o Edital do Pregão n. 033/2023; e

c) os valores das provisões de encargos trabalhistas depositados na conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação – deixarão de compor o valor de pagamento mensal à Contratada.

6.1.5. Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados diariamente pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido no termo de cooperação técnica firmado com o banco público oficial.

6.1.6. O valor a ser pago à Contratada, mensalmente, a título de vale-transporte, refletirá o que for efetivamente pago a seus empregados, considerando-se como valor máximo o que tiver sido previsto na proposta. Assim, a não comprovação das despesas referentes ao vale-transporte implicará a glosa dos valores faturados a esse título.

6.2. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

6.3. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura a comprovação da manutenção das condições exigidas para a habilitação na licitação.

6.4. O **pagamento será proporcional** ao atendimento das metas estabelecidas no **Instrumento de Medição de Resultado - IMR** anexo a este Contrato, o qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.





6.5. A Contratada deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, para que esta seja atestada, as seguintes comprovações relativas aos seus empregados regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas, nominalmente identificados e alocados nas dependências do Contratante para execução do objeto contratado:

- a) cópia do comprovante de recolhimento mensal da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e seus empregados, sob pena de rescisão contratual;
- b) cópia do comprovante de recolhimento mensal para o FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço nas respectivas contas vinculadas individuais dos trabalhadores, observada a legislação específica;
- c) comprovante de pagamento de salários no prazo legal, referente ao mês anterior;
- d) comprovante de fornecimento de vale-transporte e de auxílio-alimentação, quando cabíveis; e
- e) comprovante de pagamento do 13º salário, da concessão de férias e do correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei.

6.5.1. Os comprovantes de que trata a subcláusula 6.5 deverão ser correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração; tratando-se da primeira nota fiscal/fatura da execução do Contrato, deverão ser referentes ao mês faturado.

6.5.2. Tratando-se do pagamento da última nota fiscal/fatura referente à execução deste Contrato, em razão de término da sua vigência ou de sua rescisão, além dos comprovantes de que trata a subcláusula 6.5, deverão ser comprovados os pagamentos, aos empregados, das verbas rescisórias ou demonstrado que os empregados foram realocados, pela Contratada, em outra atividade, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho, observado o disposto nas subcláusulas 6.5 e 6.5.1.

6.5.2.1. Somente com as comprovações de que trata a subcláusula 6.5.2 considerar-se-á completa a execução deste Contrato.

6.5.3. As comprovações de que trata a subcláusula 6.5 deverão ser feitas por documentos que permitam aferir o adimplemento em relação a cada empregado alocado na execução contratual.

6.6. Ocorrerá a **retenção ou glosa**, ainda, no pagamento devido à Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta:

I – deixar de cumprir as cláusulas contratadas, inclusive as relativas às obrigações trabalhistas, previdenciárias e ao FGTS, salvo por decisão judicial em contrário; e

II – não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, conforme Instrumento de Medição de Resultado anexo a este Contrato.

6.7. Nos termos do § 4º do art. 6º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, o TRE-SC efetuará consulta ao Portal do Simples Nacional para fins de verificação da condição da empresa de optante pelo Simples Nacional. Caso não seja esse o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, serão retidos pelo TRE-SC os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.

6.8. Se ocorrerem **atrasos de pagamento** provocado exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira:

I =  $6/100/365$  (ou seja, taxa anual/ $100/365$  dias).

I = 0,0001644.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas correspondentes ao exercício em curso correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0042 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de SC, Natureza da



Despesa 3.3.90.39, Elemento de Despesa Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Subitem 78 – Limpeza e Conservação.

7.1.1. Os créditos e respectivos empenhos relativos aos exercícios subsequentes serão registrados mediante apostilamento.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO EMPENHO DA DESPESA

8.1. Para atender as despesas do exercício em curso, foi emitida a Nota de Empenho n. 2023NE000\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

8.1.1. As parcelas de despesas a serem executadas em exercício futuro serão cobertas por créditos orçamentários e notas de empenho emitidas em época própria.

#### CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo **Gestor da Contratação**, em conformidade com o art. 117 da Lei n. 14.133/2021, com o apoio da Equipe de Fiscalização.

9.1.1. A Equipe de Fiscalização do Contrato é composta por:

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Seção de Apoio Administrativo
Fiscal técnico	Seção de Apoio Administrativo
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária
Fiscais setoriais	Chefe de Cartório da respectiva Zona Eleitoral

9.1.2. Após a assinatura do contrato para dar início à execução do ajuste, será promovida reunião entre a Administração e a Contratada, devidamente registrada em Ata, para esclarecimento de eventuais dúvidas relativas às obrigações contratuais, sem prejuízo da realização de reuniões periódicas, visando garantir a qualidade da execução do contrato e os respectivos resultados.

9.1.2.1. O Contratante disponibilizará instalações sanitárias e local para vestiários;

9.1.2.2. O Contratante destinará local para guarda dos materiais de limpeza, utensílios e equipamentos da Contratada, não sendo o Contratante responsável por tais itens;

9.2. A verificação do resultado da prestação do serviço será realizada com base no **Instrumento de Medição de Resultado - IMR** anexo a este Contrato.

9.2.1. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que só será aceita caso comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis.

9.2.2. O Contratante irá monitorar constantemente os serviços, visando evitar a perda no nível de qualidade, podendo, inclusive, intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar desconformidade contínua na prestação do serviço.

9.3. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, podendo compreender a mensuração dos seguintes aspectos:

I – resultados alcançados em relação à Contratada, verificação dos prazos de execução e qualidade demandada;

II – recursos humanos empregados em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

III – qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

IV – adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

V – cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e



VI – satisfação do público usuário.

9.3.1. O Gestor da Contratação, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração previstos na legislação.

9.3.2. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços será verificada por meio de documento da Contratada que contenha a relação minuciosa dos itens, em quantidade e especificações técnicas, tais como marca, qualidade e forma de uso.

9.3.3. O Gestor do Contrato promoverá o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

9.3.4. Para fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais, inclusive a conferência dos valores recolhidos pela Contratada, que aloca seus empregados nas dependências do Contratante, exigirse-á, entre outras, as comprovações de que tratam as subcláusulas 6.5, 6.5.1 e 6.5.2, observado o disposto nas subcláusulas 6.5.2.1 e 6.5.3.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada ficará obrigada a executar o objeto proposto nas condições estipuladas no Termo de Referência do Edital do Pregão n. 033/2023 e em sua proposta, e, ainda:

**10.1.1. autorizar o TRE-SC a fazer o desconto na fatura ou nota fiscal dos valores relativos aos salários e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis; e**

**10.1.2. autorizar o TRE-SC a reter, a qualquer tempo, a garantia a que se refere a Cláusula Décima Quarta;**

10.1.3. a assinatura do contrato de prestação de serviços entre o TRE-SC e a empresa vencedora do certame será sucedida dos seguintes atos:

a) solicitação pelo TRE-SC, mediante ofício, ao banco público oficial para abertura de conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – no nome da empresa, de acordo com o modelo constante do termo de cooperação, devendo o banco público oficial ao TRE-SC sobre a abertura da referida conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – na forma do modelo consignado no supracitado termo de cooperação; e

b) assinatura, pela Contratada, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação do TRE-SC, dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – e do termo específico do banco oficial que permita ao TRE-SC ter acesso aos saldos e extratos, bem como vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do TRE-SC, conforme modelo indicado no termo de cooperação;

10.1.4. iniciar os serviços no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento, pela Contratada, da autorização emitida pela Seção de Apoio Administrativo do TRE-SC;

10.1.5. apresentar atestado de antecedentes civil e criminal de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações da Justiça Eleitoral;

10.1.6. responsabilizar-se pelo transporte de seus empregados, por meios próprios ou mediante fornecimento de vale-transporte, para a cobertura do trajeto residência trabalho e vice-versa (inclusive quando da realização de serviço adicional);

10.1.7. manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de emprego com este Tribunal, sendo de exclusiva responsabilidade da Contratada as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

10.1.8. manter, às suas expensas (sem ônus adicional a este Órgão), preposto à disposição do TRESC, que permaneça no local da execução dos serviços durante todo o expediente. A nomeação do preposto será por escrito, sendo permitido que este seja partícipe da força de trabalho. O respectivo documento de nomeação deverá ser entregue ao CONTRATANTE, no mais tardar, no 1º dia de prestação dos serviços;



10.1.9. os prepostos supracitados deverão assumir a responsabilidade dos serviços, até o seu recebimento definitivo, e deter poderes para deliberar sobre qualquer determinação da GESTÃO ou FISCALIZAÇÃO que se torne necessária;

10.1.10. apresentar, previamente, a relação dos empregados que serão colocados à disposição do TRESC, com a respectiva avaliação individual, a qual deverá atender às exigências estabelecidas pelo Contratante, que poderá recusar os que não preencherem as condições necessárias para o bom desempenho do serviço;

10.1.11. suprir toda e qualquer falta do(s) empregado(s) por outro profissional que atenda aos requisitos técnicos exigidos no Termo de Referência;

10.1.12. apresentar seus empregados, para a execução dos serviços ora contratados, devidamente uniformizados, identificando-os através de crachás, com fotografia recente;

10.1.13. para os serviços de limpeza e conservação, a contratada deverá fornecer aos seus empregados 02 (dois) uniformes completos a cada seis meses, devendo o primeiro ser fornecido no primeiro dia útil do início da vigência do contrato;

10.1.14. o uniforme deverá ser composto por 1 (uma) calça e 1 (uma) jaqueta em tecido do tipo microfibra peletizada, 2 (duas) camisetas em tecido do tipo malha PV, 01 (um) par de calçado fechado de couro (impermeável) e antiderrapante e 5 (cinco) pares de meias na cor preta (em material compatível e resistente ao calçado);

10.1.15. fornecer EPIs com certificado de aprovação – CA, tais como: calçados de segurança fechados impermeáveis e antiderrapantes, óculos de segurança incolor de ampla visão, protetor respiratório semifacial PFF2 e luvas “tipo nitrílica”;

10.1.16. instruir os Auxiliares de Serviços Gerais acerca da utilização, bem como exigir e fiscalizar o uso dos EPIs;

10.1.17. responsabilizar-se pelos treinamentos, capacitações e instruções sobre Riscos de Acidentes no Trabalho e Segurança e Saúde no Trabalho, conforme normas regulamentadoras específicas;

10.1.18. disponibilizar Ficha de Informação de Segurança do Produto Químico – FISPQ dos produtos químicos, para consulta e instrução dos ASGs;

10.1.19. cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, como também aqueles referentes à segurança e à medicina do trabalho;

10.1.20. fornecer os materiais e acessórios de limpeza em quantidade suficiente, até o 1º (primeiro) dia útil de cada mês, procedendo à complementação tão logo seja necessário. No início do contrato, os materiais e utensílios devem ser encaminhados até o 1º (primeiro) dia útil da efetiva prestação dos serviços;

10.1.21. fornecer materiais menos agressivos ao meio ambiente, que estejam em consonância com a política ambiental do TRESC, bem como estejam de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência;

10.1.22. disponibilizar os equipamentos de limpeza até o 1º (primeiro) dia da prestação dos serviços;

10.1.23. responder por qualquer dano que, por dolo ou culpa, os seus profissionais causarem a terceiro ou ao Contratante;

10.1.24. manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do Contratante ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da execução do presente objeto, devendo orientar seus funcionários nesse sentido;

10.1.25. selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando trabalhadores portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;

10.1.26. realizar integralmente os serviços descritos neste Termo de Referência;

10.1.27. executar os serviços adicionais solicitados pelo Contratante, iniciando a sua realização no prazo máximo de 2 (duas) horas após o pedido, consoante disposto neste Termo de Referência;

10.1.28. comprovar a quitação das obrigações trabalhistas;



10.1.29. substituir qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do Serviço Público.

10.1.30. zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, visitantes e funcionários de empresas que prestam serviços nas dependências do TRE-SC;

10.1.31. realizar o pagamento dos salários dos empregados alocados para executar o objeto contratado via depósito bancário na conta do trabalhador, em agências situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços;

10.1.32. não ter entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal (art. 3º da Resolução CNJ n. 7/2005);

10.1.33. não ter em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (art. 2º, VI, da Resolução CNJ n. 7/2005);

10.1.34. não ter entre seus empregados colocados à disposição de Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º da Resolução CNJ n. 156/2012;

10.1.35. não ter vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

10.1.36. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, sem prévia anuência do TRE-SC; e

10.1.37. manter durante a execução deste Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão n. 033/2023.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E SEUS RECURSOS**

11.1. A Contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- f) prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- g) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas na subcláusula 11.1, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.



11.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea “a” da subcláusula 11.1.

11.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto na subcláusula 11.3.

11.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

a) o atraso injustificado na execução do objeto deste Contrato sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor mensal contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;

b) a inexecução parcial do objeto sem extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal estimado do contrato;

c) inexecução parcial do objeto com extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;

d) a inexecução total do objeto com extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato.

11.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Edital.

11.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

11.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto na subcláusula 11.3.

11.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.

11.2.2.5. A multa aplicada será:

a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;

b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;

c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;

d) descontada do valor da garantia prestada; ou

e) cobrada judicialmente.

11.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a União poderá ser aplicada pelas infrações previstas na subcláusula 11.1, “b” a “e”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;

c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 2 (dois) meses;

d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;





e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

11.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas na subcláusula 11.1, “f” a “j”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

11.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.2.6. As sanções previstas nas subcláusulas 11.2.3 e 11.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

- a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Contrato, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;
- b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou
- d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

11.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” da subcláusula 11.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas na subcláusula 11.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

- a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;
- b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou
- c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

11.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

11.2.9. A aplicação das sanções previstas na subcláusula 11.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:





- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

11.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” da subcláusula 11.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

11.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

11.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

11.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

11.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

11.5. A sanção estabelecida na subcláusula 11.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

11.6. Da aplicação das sanções previstas nas subcláusulas 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

11.6.1. O recurso de que trata a subcláusula 11.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.7. Da aplicação da sanção prevista na subcláusula 11.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO**

12.1. O contrato poderá ser extinto nos termos da Lei n. 14.133/2021.

12.2. Nos casos de extinção, previstos nos incisos I, II e IX art. 137 da Lei n. 14.133/2021, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa, nos termos das alíneas “b” ou “c” da subcláusula 11.2, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das penalidades previstas nas subcláusulas 11.2.3 e 11.2.4, quando couber.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA REPACTUAÇÃO**

13.1. O valor contratado poderá ser repactuado, visando sua adequação aos novos preços de mercado, observado o interregno mínimo de um ano e a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.

13.1.1. São fatos geradores que podem ensejar a repactuação:

- a) variação dos custos com a execução do objeto, decorrente do mercado; e
- b) acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente.



13.2. No caso da primeira repactuação, o prazo mínimo de um ano a que se refere a subcláusula 13.1 conta-se a partir:

a) da data limite para apresentação das propostas constantes do instrumento convocatório, em relação ao fato gerador de que trata a subcláusula 13.1.1, alínea “a”; ou

b) da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente (subcláusula 13.1.1, alínea “b”), vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.

13.2.1. Nas repactuações subsequentes, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que motivou a última repactuação.

13.3. Ocorrendo o fato gerador, o requerimento referente à repactuação deverá ser protocolizado no TRE-SC pela Contratada, com os documentos comprobatórios, anteriormente à data da prorrogação contratual subsequente, sob pena de preclusão de seu direito a repactuar.

13.3.1. A requerente deverá apresentar planilhas que evidenciem analiticamente a variação dos custos, devidamente comprovada e justificada. A comprovação poderá ser feita por meio de documentos relativos à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de repactuação.

13.3.2. O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação a que se refere a subcláusula 13.3.

13.4. Não será admitido o repasse automático para os demais componentes da planilha de custo do percentual de majoração de salário acordado em convenção, acordo, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, devendo a Contratada, no momento do pedido de repactuação, comprovar a variação de cada item, por meio de planilha, aberta, atualizada de seus custos.

13.5. Os efeitos financeiros da repactuação serão devidos:

a) a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação; ou

b) em data futura à do fato gerador, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras.

13.5.1. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

13.6. O item “aviso prévio trabalhado” será pago somente no primeiro ano de vigência do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA DO CONTRATO

14.1. Para fiel cumprimento das obrigações assumidas, a Contratada prestará garantia em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados, **em até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do TRE-SC**, após o recebimento do contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) seguro-garantia; ou

c) fiança bancária.

14.1.2. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do contratante;

14.1.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados na subcláusula 14.1.6, observada a legislação que rege a matéria;

14.1.4. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade a partir do início dos serviços e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.



14.1.5. No caso de garantia na modalidade de carta de fiança, deverá dela constar expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

14.1.6. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

14.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

14.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por não cumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

14.4. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

14.5. A Contratada obriga-se a apresentar nova garantia, conforme o caso, em até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Contratante, antes do seu vencimento ou após a redução do seu valor em razão de aplicação de qualquer penalidade ou, ainda, após a assinatura de termo aditivo decorrente de acréscimo do objeto contratado ou de repactuação que implique na elevação do valor ajustado, mantendo-se o percentual estabelecido nas subcláusula 14.1.

14.6. A garantia será considerada extinta:

- a) com a devolução da apólice, carta-fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e
- b) com o término da vigência do contrato, observado o prazo previsto na subcláusula 14.1.4, que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

14.7. A garantia somente será liberada mediante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA MOVIMENTAÇÃO DA CONTA VINCULADA**

15.1. A Contratada deverá solicitar autorização do TRE-SC para:

- a) resgatar da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas previdenciárias que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no artigo 4º da Resolução CNJ n. 169/2013, desde que comprovado tratar-se dos empregados alocados pela empresa contratada para prestação dos serviços contratados; e
- b) movimentar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – diretamente para a conta-corrente dos empregados alocados na execução do contrato, desde que a finalidade seja o pagamento de verbas trabalhistas que estão contempladas nas mesmas rubricas indicadas no artigo 4º da Resolução CNJ n. 169/2013.

15.2. Para o resgate dos recursos da conta-corrente vinculada (alínea “a” da subcláusula 15.1) – bloqueada para movimentação –, a empresa deverá apresentar ao Secretário de Administração e Orçamento do TRE-SC os documentos comprobatórios do pagamento.

15.3. O Secretário de Administração e Orçamento do TRE-SC expedirá, após a confirmação do pagamento das verbas trabalhistas, a autorização de que trata a subcláusula 15.1 e a encaminhará ao Banco



do Brasil no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

15.4. Na situação descrita na subcláusula 15.1, “b”, o TRE-SC solicitará ao banco público oficial que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir da data da transferência dos valores para a conta-corrente do beneficiário, apresente os respectivos comprovantes de depósitos.

15.5. Quando os valores a serem liberados da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – referirem-se à rescisão do contrato de trabalho entre a empresa contratada e o empregado alocado na execução do contrato, com mais de 1 (um) ano de serviço, o TRE-SC deverá requerer, por meio da contratada, a assistência do sindicato da categoria a que pertencer o empregado, ou da autoridade do Ministério do Trabalho, para verificar se os termos de rescisão do contrato de trabalho estão corretos.

15.6. O saldo remanescente dos recursos depositados na Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação –, será liberado à empresa no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO**

16.1. Os empregados e prepostos da Contratada não terão qualquer vínculo empregatício com o Contratante, correndo, por conta exclusiva da primeira, todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida, observadas as disposições deste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS SUBSTITUIÇÕES E ALTERAÇÃO DO EFETIVO DE PESSOAL**

17.1. A Contratada deverá manter em reserva número suficiente de empregados para reposição imediata, nos casos de faltas, férias, demissões, ou qualquer outro impedimento ou, ainda, por acréscimo do Contrato, devendo os substitutos estar devidamente credenciados para o exercício da função.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

18.1. É vedada às partes a utilização, para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

18.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo se decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

18.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

18.4. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o Contratante, em razão da execução do serviço objeto deste Contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes e/ou empregados da Contratada, tais como número do CPF e do RG e endereços eletrônico e residencial, os quais receberão tratamento conforme a legislação, para o cumprimento das atribuições do Contratante.

18.5. A Contratada declara que tem ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo Contratante.

18.6. A Contratada fica obrigada a comunicar ao Contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente relacionado a acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.



18.7. A Contratada é responsável, no término do presente contrato, pela devolução dos dados ao Contratante ou pela sua eliminação, quando for o caso, não devendo armazená-los ou repassá-los a terceiros, salvo nas hipóteses de obrigação legal ou contratualmente previstas, devendo, em todo caso, observar os preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados.

18.8. Quando for caso de eliminação dos dados, a Contratada deverá informar ao Contratante a realização do procedimento e a metodologia empregada, para confirmar a destinação das informações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO**

19.1. Incumbirá ao Contratante providenciar, à sua conta, a publicação deste Contrato e de todos os Termos Aditivos a ele referentes, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no prazo previsto pela Lei n. 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

20.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo Federal da Capital do Estado de Santa Catarina.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes abaixo, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

Florianópolis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

CONTRATANTE:

\_\_\_\_\_

CONTRATADA:

\_\_\_\_\_



## ANEXO DO CONTRATO

### INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

O preço estabelecido para a realização dos serviços objeto do contrato se refere à execução com a qualidade mínima exigida. Portanto, a execução dos serviços contratados que não atinja os níveis de qualificação mínima pretendidos importará pagamento proporcional ao realizado.

Tais ajustes visam: 1) assegurar ao Contratante o recebimento dos serviços em consonância com as metas estabelecidas no contrato; e 2) aplicar a dedução no pagamento à Contratada quando da ocorrência de falhas na execução.

Terminado o mês de prestação dos serviços, o representante do Contratante apresentará à Contratada até o dia 7 (sete) do mês seguinte o “Relatório de Serviços Verificados e Qualidade Percebida”, que conterà, no mínimo:

- Número do processo administrativo de contratação que deu origem ao contrato;
- Número do Contrato;
- Partes Contratuais;
- Síntese do objeto;
- Relação de falhas;
- Fator percentual de recebimento e remuneração dos serviços.

Nas primeiras ocorrências, o não atendimento das metas estabelecidas pelo TRE-SC poderá ser objeto apenas de notificação.

A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que só será aceita caso comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis.

#### 1. Relação de falhas a ser utilizada como forma de mensuração dos resultados obtidos na prestação de serviços de Limpeza e Conservação, inclusive na prestação dos serviços adicionais.

Os serviços objeto do contrato serão constantemente avaliados pelos representantes do Contratante, que assinalarão as falhas na “**RELAÇÃO DE FALHAS**”, conforme modelos abaixo:

##### 1.1. Relação de falhas - Relação de falhas - Modelo (aplica-se aos serviços de limpeza e conservação realizados diariamente/ou semanalmente/ou quinzenalmente)

SERVIÇO: \_\_\_\_\_  
MÊS/ANO DA VERIFICAÇÃO: \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Total de Ocorrências:

RELAÇÃO DE FALHAS	
<b>FALHA 1</b>	Inobservância da utilização de uniforme, uso de uniforme incompleto ou uniforme excessivamente danificado/sujo
<b>AFERIÇÃO</b>	Condicional à verificação pelo gestor do contrato
<b>OBSERVAÇÃO:</b> No caso de serviços executados por mais de um funcionário, a quantidade de falha registrada corresponderá ao número de funcionários que nela incorrerem num mesmo dia	
<b>Data da ocorrência</b>	<b>Descrição sintética</b>



<b>FALHA 2</b>	Não observância da <u>manutenção</u> das quantidades de materiais e/ou utensílios de limpeza necessários à adequada execução dos serviços
<b>AFERIÇÃO</b>	Condicionada à verificação pelo gestor do contrato, que anotar o tipo de material ou utensílio indisponível
<b>OBSERVAÇÃO:</b> A falta de cada material e/ou utensílio específico (detergente, desinfetante, esponja, vassoura etc.) será considerada falha individual, podendo ocorrer o registro de várias falhas na mesma data	
<b>Data da ocorrência</b>	<b>Descrição sintética</b>
<b>FALHA 3</b>	Disponibilização e/ou utilização de material ou utensílio que não atenda aos objetivos do TRESC quanto à qualidade do material, especificidade do ambiente a ser limpo, menor agressividade ao meio ambiente, entre outros
<b>AFERIÇÃO</b>	Condicionada à verificação pelo gestor do contrato, que anotar o tipo de material que não atende às necessidades da limpeza, bem como a(s) consequência(s) negativa(s) decorrente(s) de sua efetiva utilização e/ou possível(is) consequência(s) negativa(s) que decorrerá(ão) de uma eventual utilização
<b>OBSERVAÇÃO:</b> Os registros serão individuais, ou seja, a cada material ou utensílio inadequado corresponderá uma falha, podendo ocorrer o registro de várias falhas na mesma data	
<b>Data da ocorrência</b>	<b>Descrição sintética</b>
<b>FALHA 4</b>	Inobservância da rotina ou da metodologia da prestação dos serviços, irregularidade relativa ao efetivo horário da prestação, como atrasos, por exemplo, bem como inobservância de práticas necessárias ao êxito da coleta seletiva
<b>AFERIÇÃO</b>	Condicionada à verificação pelo gestor do contrato, que descreverá a prática adotada em desacordo com a metodologia estabelecida no contrato ou a atividade que deixou de ser executada com relação à rotina determinada
<b>OBSERVAÇÃO:</b> Os registros das falhas serão individuais, ou seja, a cada prática em desacordo com o contrato corresponderá uma falha, podendo ocorrer o registro de várias falhas na mesma data	
<b>Data da ocorrência</b>	<b>Descrição sintética</b>
<b>FALHA 5</b>	Inobservância do tempo máximo de 15 minutos para o atendimento às solicitações de serviço recebidas
<b>AFERIÇÃO</b>	Condicionada à verificação pelo próprio gestor do contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que a tiver verificado
<b>OBSERVAÇÃO:</b> A comunicação ao gestor poderá ser feita mediante correspondência eletrônica	
<b>Data da ocorrência</b>	<b>Descrição sintética</b>
<b>FALHA 6</b>	Resultado ineficiente da limpeza, como, por exemplo, manchas no piso, vidros manchados, manuseio inadequado das persianas etc.
<b>AFERIÇÃO</b>	Condicionada à verificação pelo gestor do contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência





<b>OBSERVAÇÃO:</b> A comunicação ao gestor poderá ser feita mediante correspondência eletrônica. Os registros das falhas serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma falha, podendo ocorrer o registro de várias falhas na mesma data	
<b>Data da ocorrência</b>	<b>Descrição sintética</b>
<b>FALHA 7</b>	Falta de cordialidade no trato com os servidores e usuários
<b>AFERIÇÃO</b>	Condicional à apuração da ocorrência pelo gestor do contrato
<b>OBSERVAÇÃO:</b> O gestor registrará a falha acompanhada de informações sobre o fato ocorrido	
<b>Data da ocorrência</b>	<b>Descrição sintética</b>
<b>FALHA 8</b>	Lixo ultrapassando 2/3 da capacidade do recipiente
<b>AFERIÇÃO</b>	Condicional à verificação pelo gestor do contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência
<b>OBSERVAÇÃO:</b> Os registros das falhas serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma falha, podendo ocorrer o registro de várias falhas na mesma data	
<b>Data da ocorrência</b>	<b>Descrição sintética</b>

Instruções de preenchimento:

- Na ocorrência de falha(s), proceder-se-á ao registro no(s) item(ns) específico(s), indicando-se sinteticamente o dia e o fato gerador.

Tabela de efeitos remuneratórios (Fator de aceitação)

Falha	1	2	3	4	5	6	7	8	<b>FATOR DE ACEITAÇÃO</b> (TOTAL DA LINHA NÚMERO CORRIGIDO)
Total de ocorrências									
Tolerância (-)	2	2	2	2	2	2	1	2	
Excesso falhas (=)									
Peso (X)	6	8	8	6	6	10	8	6	
Número corrigido (somar)									
<b>Faixa correspondente ao fator de aceitação</b>									

Observação: Não serão considerados valores negativos, que deverão ser lançados na tabela com valor 0 (zero).

Instruções de preenchimento:

- As falha(s), previamente registrada(s) na “RELAÇÃO DE FALHAS”, serão contabilizadas e cada total será registrado na linha TOTAL DE OCORRÊNCIAS.
- Após, proceder-se-á às deduções relativas à “TOLERÂNCIA”, a fim de se obter os números referentes aos “EXCESSOS DE FALHAS”.
- Encontrados os EXCESSOS DE FALHAS, estes devem ser multiplicados pelo respectivo “PESO” e os produtos devem ser registrados na linha “NÚMERO CORRIGIDO”.
- Por fim, proceder-se-á à soma da linha “NÚMERO CORRIGIDO”, obtendo-se, assim, o “FATOR DE ACEITAÇÃO”.



**EFEITOS REMUNERATÓRIOS relativos aos serviços de limpeza**

Faixa 01 – Fator de Aceitação **TOTAL**: 100% de avaliação dos serviços

Faixa 02 – Fator de Aceitação de **01 a 25**: 95% de avaliação dos serviços

Faixa 03 – Fator de Aceitação de **26 a 50**: 90% de avaliação dos serviços

Faixa 04 – Fator de Aceitação de **51 a 75**: 85% de avaliação dos serviços

Faixa 05 – Fator de Aceitação de **76 a 100** ou > de 100: **80%** de avaliação dos serviços e penalização conforme contrato

**Observação:** A Contratada fará jus ao percentual do valor pactuado equivalente a cada uma das cinco faixas, conforme o fator de aceitação calculado de acordo com a tabela acima.



**PREGÃO N. 033/2023**

**ANEXO I DO EDITAL**

**RELAÇÃO DE ITENS**

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MENSAL ESTIMADO	VALOR TOTAL MENSAL ESTIMADO
1	Valor TOTAL MENSAL para a prestação dos serviços na REGIÃO 3.	1	Unidade	78.380,40	78.380,40
2	Valor TOTAL MENSAL para a prestação dos serviços na REGIÃO 5.	1	Unidade	59.542,56	59.542,56
3	Valor TOTAL MENSAL para a prestação dos serviços na REGIÃO 6.	1	Unidade	68.479,35	68.479,35

**Observação:** Demais especificações conforme Termo de Referência.



## **ANEXO II DO EDITAL**

### **PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS MODELO PARA A CONSOLIDAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS**

Com ajustes após publicação da Lei nº 13.467, de 2017.

#### **Módulo 1 - Composição da Remuneração**

<b>1</b>	<b>Composição da Remuneração</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Salário-Base	
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
G	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		

#### **Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**

##### **Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias**

<b>2.1</b>	<b>13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	13º (décimo terceiro) Salário	
B	Férias e Adicional de Férias	
<b>Total</b>		

##### **Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

<b>2.2</b>	<b>GPS, FGTS e outras contribuições</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	INSS	20,00%	
B	Salário Educação	2,50%	
C	SAT		
D	SESC ou SESI	1,50%	
E	SENAI - SENAC	1,00%	
F	SEBRAE	0,60%	
G	INCRA	0,20%	
H	FGTS	8,00%	
<b>Total</b>			

##### **Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Transporte	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	
C	Benefício xxx	
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		



**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários**

<b>2</b>	<b>Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	
<b>Total</b>		

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão**

<b>3</b>	<b>Provisão para Rescisão</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Aviso Prévio Indenizado	
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	
D	Aviso Prévio Trabalhado	
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
<b>Total</b>		

**Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente****Submódulo 4.1 - Ausências Legais**

<b>4.1</b>	<b>Ausências Legais</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Ausências Legais	
B	Licença-Paternidade	
C	Ausência por acidente de trabalho	
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		

**Submódulo 4.2 – Intra jornada (quando couber)**

<b>4.2</b>	<b>Intra jornada</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Intervalo para repouso e alimentação	
<b>Total</b>		

**Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**

<b>4</b>	<b>Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>	<b>Valor (R\$)</b>
4.1	Ausências Legais	
4.2	Intra jornada (quando couber)	
<b>Total</b>		

**Módulo 5 - Insumos Diversos**

<b>5</b>	<b>Insumos Diversos</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Uniformes	
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		



**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro**

<b>6</b>	<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (especificar)		
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		
<b>Total</b>			

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

	<b>Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Módulo 1 - Composição da Remuneração	
<b>B</b>	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	
<b>C</b>	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	
<b>D</b>	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	
<b>E</b>	Módulo 5 - Insumos Diversos	
<b>Subtotal (A + B +C+ D+E)</b>		
<b>F</b>	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	
<b>Valor Total por Empregado</b>		



Observações:

<p><b>1)</b> Neste quadro, deve ser informado o regime de tributação ao qual está submetida a empresa proponente: Simples; Lucro Real; ou Lucro Presumido. Apenas empresas de terceirização de Limpeza, Conservação ou Vigilância, conforme dispõem o art. 17, inciso XII e §1º, e art. 18, §5º-C, inciso VI, e Anexo IV da LC n. 123/2006, podem ser enquadradas no Simples. Conforme entendimento da Receita Federal (solução de consulta interna nº 8 / 2010), deve-se pagar o FAP X SAT nas empresas enquadradas no Anexo IV do Simples.</p>	
<p><b>2)</b> A tabela está calculada para RAT X FAP de 6% como valor máximo. Na proposta da empresa, devem constar o valor/percentual efetivamente pagos.</p>	
<p><b>3)</b> Ao final da última prorrogação, devem ser pagos 23,33% (7/30 x 100) da folha de pagamento a título de Aviso Prévio Trabalhado do Término do Contrato, se ocorrer o desembolso.</p>	
2.1 - A	9,09% conforme Lei n. 4.090/1962. Calculou-se 1/11 (um 13º salário devido a cada 11 meses trabalhados).
2.1 - B	12,12%, sendo, 9,09%, conforme art. 129 e o inciso I, art. 130, do Decreto-Lei n. 5.452/1943 – CLT, calculou-se um mês de férias a cada 11 meses (1/11) e 3,03%, conforme art. 7º, inciso XVII da CF. 1/3 das férias.
2.2	Incide sobre módulo 1, e submódulos 2.1, 4.1 e 4.2
2.2 - A	20%, conforme art. 22, inciso I, da Lei n. 8.212/1991.
2.2 - B	2,5%, conforme art. 15, da Lei n. 9.424/1996; do art. 2º do Decreto n. 3.142/1999; e art. 212, § 5º da CF. Não é devido por empresa optante pelo Simples.
2.2 - C	Entre 0,5 a 6%, conforme art. 22, inciso II, da Lei n. 8.212/1991, Decreto n. 3.048/1999 e 6.957/2009.
2.2 - D	1,5%, conforme art. 30 da Lei n. 8.036/1990.
2.2 - E	1%, conforme Decreto-Lei n. 2.318/1986.
2.2 - F	0,6% conforme Lei n. 8.029/1990.
2.2 - G	0,20%, conforme art. 1º e 2º do Decreto-Lei n. 1.146/1970.
2.2 - H	8%, conforme Lei Complementar n. 110/2001. O tributo está previsto no art. 7º, inciso III, da Constituição Federal, tendo sido regulamentado pela Lei n. 8.030/1990, art. 15.
3 - A	0,42% conforme § 1º do art. 487 da CLT. De acordo com levantamento efetuado em diversos contratos, cerca de 5% do pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho. Cálculo $((1/12) \times 5) = 0,42\%$ .
3 - B	0,04%, conforme Lei Complementar n. 110/2001. O tributo está previsto no art. 7º, inciso III, da Constituição Federal, tendo sido regulamentado pela Lei n. 8.030/1990, art. 15.
3 - C	4,35%. A Lei Complementar n. 110/2001, determina multa de 50%, da soma dos depósitos do FGTS, no caso de rescisão sem justa causa. Considerando que 10% dos empregados pedem contas, essa penalidade recai sobre os 90% remanescentes.
3 - D	0,04%, conforme art. 488 da CLT. Cerca de 2% do pessoal é demitido nessa situação. Logo a provisão representa: $((7/30)/12) \times 2 = 0,04\%$ .
3 - E	0,02%, conforme art. 22, inciso I, da Lei n. 8.212/1991.
3 - F	0,01%. A Lei Complementar n. 110/2001, determina multa de 50%, da soma dos depósitos do FGTS, no caso de rescisão sem justa causa. Considerando que 10% dos empregados pedem contas, essa penalidade recai sobre os 90% remanescentes.
4.1 - A	2,48%, sendo, 1,66% de auxílio-doença, conforme art. 131, inciso III, da CLT. Estimativa de $5,96/30/12 = 1,66\%$ e Acórdão 1753/2008 – Plenário TCU, e 0,82%, conforme arts. 473 e 83 da CLT. Considerando 2,96 por ano: $2,96 / 30 / 12 = 0,82\%$ .
4.1 - B	0,02% conforme art. 7º, inciso XIX da CF, combinado com o art. 10, § 1º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT - , concede ao empregado o direito de ausentar-se do serviço por cinco dias quando do nascimento de filho. De acordo com o IBGE, nascem filhos de 1,5% dos trabalhadores no período de um ano. Dessa forma a provisão para este item corresponde a: $((5/30)/12) \times 0,015 \times 100 = 0,02\%$ .
4.1 - C	0,065% conforme Medida Provisória n. 664/2014, obriga o empregador a assumir o ônus financeiro pelo prazo de 30 dias, no caso de acidente de trabalho previsto no art. 131 da CLT. De acordo com os números mais recentes apresentados pelo Ministério da Previdência de Assistência Social, baseados em informações prestadas pelos empregadores, por meio da GFIP, 0,78% (zero vírgula setenta e oito por cento) dos empregados se acidentam no ano. Assim a provisão corresponde a: $((30/30)/12) \times 0,78 = 0,065\%$ .
4.2	Aplicável somente a Vigilância Presencial, a depender da previsão em Convenção Coletiva.





### **ANEXO III DO EDITAL – NORMAS INTERNAS:**

- Termo de Cooperação Técnica TRE-SC/BB n. 3, de 15 de julho de 2019;
- [Portaria P n. 18, de 31 de janeiro de 2023](#); e
- [Portaria P n. 39, de 10 de abril de 2023](#).

**Importante:** os ANEXOS II e III devem ser acessados no *site* do TRE-SC, no seguinte endereço: <http://www.tre-sc.jus.br> (Transparência/Contas Públicas/Licitações/Pregões/2023).



## ANEXO IV DO EDITAL

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaramos, para os devidos fins, que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n. \_\_\_\_\_, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

ÓRGÃO / EMPRESA	NÚMERO DO CONTRATO	VIGÊNCIA		VALOR MENSAL DO CONTRATO
		INÍCIO	TÉRMINO	
VALOR TOTAL MENSAL DOS CONTRATOS (atualizados)				

Local, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome/Assinatura

A COMPROVAÇÃO DA SUBALÍNEA “d.2” DO SUBITEM 9.6.2 será realizada pelo seguinte cálculo:

Valor do Patrimônio Líquido x 12  
Valor total mensal dos contratos

**Observação:** o resultado da operação acima deverá ser igual ou superior a 1 (um).



## ANEXO IV DO EDITAL

### MODELO DE PLANILHA DEMONSTRATIVA DE PREÇOS

GRUPO 1:	REGIÃO 3					
ITEM	LOCAL	DESCRIÇÃO	QUANT	CARGA HORÁRIA MENSAL	P UNITÁRIO	P TOTAL
1	Balneário Camboriú	Valor total mensal	1	180		
2		Pacote de serviços adicionais				
3	Balneário Piçarras	Valor total mensal	1	120		
4		Pacote de serviços adicionais				
5	Blumenau	Valor total mensal	1	180		
6		Pacote de serviços adicionais				
7	Blumenau	Valor total mensal	1	120		
8		Pacote de serviços adicionais				
9	Brusque	Valor total mensal	1	180		
10		Pacote de serviços adicionais				
11	Gaspar	Valor total mensal	1	120		
12		Pacote de serviços adicionais				
13	Ibirama	Valor total mensal	1	120		
14		Pacote de serviços adicionais				
15	Indaial	Valor total mensal	1	120		
16		Pacote de serviços adicionais				
17	Itajaí	Valor total mensal	1	180		
18		Pacote de serviços adicionais				
19	Itajaí	Valor total mensal	1	120		
20		Pacote de serviços adicionais				
21	Itapema	Valor total mensal	1	120		
22		Pacote de serviços adicionais				
23	Ituporanga	Valor total mensal	1	120		
24		Pacote de serviços adicionais				
25	Joinville	Valor total mensal	2	120 (12h às 16h)		
26		Pacote de serviços adicionais				
27	Joinville	Valor total mensal	1	120 (13h às 17h)		
28		Pacote de serviços adicionais				
29	Rio do Sul	Valor total mensal	1	180		
30		Pacote de serviços adicionais				
31	São Francisco do Sul	Valor total mensal	1	120		
32		Pacote de serviços adicionais				
33	Taió	Valor total mensal	1	120		
34		Pacote de serviços adicionais				
35	Trombudo Central	Valor total mensal	1	120		
36		Pacote de serviços adicionais				
37	Navegantes	Valor total mensal	1	120		
38		Pacote de serviços adicionais				
VALOR TOTAL PARA A REGIÃO 3						



GRUPO 2:		REGIÃO 5				
ITEM	LOCAL	DESCRIÇÃO	QUANT	CARGA HORÁRIA MENSAL	P UNITÁRIO	P TOTAL
39	Anita Garibaldi	Valor total mensal	1	120		
40		Pacote de serviços adicionais				
41	Bom Retiro	Valor total mensal	1	120		
42		Pacote de serviços adicionais				
43	Caçador	Valor total mensal	1	120		
44		Pacote de serviços adicionais				
45	Campos Novos	Valor total mensal	1	180		
46		Pacote de serviços adicionais				
47	Capinzal	Valor total mensal	1	120		
48		Pacote de serviços adicionais				
49	Concórdia	Valor total mensal	1	180		
50		Pacote de serviços adicionais				
51	Curitibanos	Valor total mensal	1	120		
52		Pacote de serviços adicionais				
53	Joaçaba	Valor total mensal	1	180		
54		Pacote de serviços adicionais				
55	Orleans	Valor total mensal	1	180		
56		Pacote de serviços adicionais				
57	Lages	Valor total mensal	1	180		
58		Pacote de serviços adicionais				
59	Lages	Valor total mensal	1	120		
60		Pacote de serviços adicionais				
61	Santa Cecília	Valor total mensal	1	120		
62		Pacote de serviços adicionais				
63	São Joaquim	Valor total mensal	1	180		
64		Pacote de serviços adicionais				
65	Tangará	Valor total mensal	1	120		
66		Pacote de serviços adicionais				
67	Videira	Valor total mensal	1	120		
68		Pacote de serviços adicionais				
VALOR TOTAL PARA A REGIÃO 5						



GRUPO 3:		REGIÃO 6				
ITEM	LOCAL	DESCRIÇÃO	QUANT	CARGA HORÁRIA MENSAL	P UNITÁRIO	P TOTAL
69	Abelardo Luz	Valor total mensal	1	120		
70		Pacote de serviços adicionais				
71	Campo Erê	Valor total mensal	1	120		
72		Pacote de serviços adicionais				
73	Chapecó	Valor total mensal	1	180		
74		Pacote de serviços adicionais				
75	Dionísio Cerqueira	Valor total mensal	1	120		
76		Pacote de serviços adicionais				
77	Fraiburgo	Valor total mensal	1	120		
78		Pacote de serviços adicionais				
79	Itapiranga	Valor total mensal	1	120		
80		Pacote de serviços adicionais				
81	Maravilha	Valor total mensal	1	120		
82		Pacote de serviços adicionais				
83	Modelo	Valor total mensal	1	120		
84		Pacote de serviços adicionais				
85	Palmitos	Valor total mensal	1	120		
86		Pacote de serviços adicionais				
87	Pinhalzinho	Valor total mensal	1	120		
88		Pacote de serviços adicionais				
89	Ponte Serrada	Valor total mensal	1	120		
90		Pacote de serviços adicionais				
91	Quilombo	Valor total mensal	1	120		
92		Pacote de serviços adicionais				
93	São Carlos	Valor total mensal	1	120		
94		Pacote de serviços adicionais				
95	São Lourenço do Oeste	Valor total mensal	1	120		
96		Pacote de serviços adicionais				
97	São Miguel do Oeste	Valor total mensal	1	120		
98		Pacote de serviços adicionais				
99	Seara	Valor total mensal	1	120		
100		Pacote de serviços adicionais				
101	Xanxerê	Valor total mensal	1	120		
102		Pacote de serviços adicionais				
103	Xaxim	Valor total mensal	1	120		
104		Pacote de serviços adicionais				
VALOR TOTAL PARA A REGIÃO 6						

